

União dos Dirigentes Municipais de Educação



União dos Dirigentes Municipais de Educação



União dos Dirigentes Municipais de Educação



União dos Dirigentes Municipais de Educação



União dos Dirigentes Municipais de Educação



União dos Dirigentes Municipais de Educação



União dos Dirigentes Municipais de Educação



União dos Dirigentes Municipais de Educação



União dos Dirigentes Municipais de Educação



União dos Dirigentes Municipais de Educação



**UNDIME PE**

União dos Dirigentes Municipais de Educação



# EDUCAÇÃO EM TEMPOS DE PANDEMIA: ORIENTAÇÕES PEDAGÓGICAS AOS MUNICÍPIOS

Recife/PE, setembro de 2020.



## FICHA TÉCNICA

### **Comissão Interinstitucional**

Natanael José da Silva – Dirigente Municipal de Educação de Belém de Maria e Presidente da UNDIME-PE

Maria Elza da Silva – Dirigente Municipal de Educação de Bonito e Vice-Presidente da UNDIME-PE

Maria do Socorro de Araújo Gomes – Secretária Executiva da UNDIME-PE

Adriana Maria das Neves – Secretária Administrativa da UNDIME-PE

Rosa Cristina Tôrres – Assessora Educacional da UNDIME-PE

Marxwell José Albuquerque Alves da Silva – Assessor Educacional e de Informações da UNDIME-PE

Márcia Ângela da Silva Aguiar – Fórum Estadual de Educação de Pernambuco – FEE-PE

José Laércio Viana de Queiroz – AMUPE

Sérgio Gadelha Souto – CAOP/MPPE

Maria Cristina Gonçalves Casale – Secretária Municipal de Saúde de Belém de Maria

Vaneska Maria de Melo Silva – Diretora Administrativa e Financeira da UNCME-PE

Manuel Messias Silva de Souza – Coordenador da UNCME-PE

Glaydson Alves da Silva Santiago – Superintendente Técnico de Gestão da Rede da SEE/PE

### **Diagramação**

Marxwell José Albuquerque Alves da Silva

### **Arte**

Silvio José C. Borges – Xilogravurista

### **Organização geral**

Telma Ferraz Leal

### **Grupos de trabalho**

#### **Educação Especial**

Alessandra Santos e Silva – Dirigente Municipal de Educação de João Alfredo-PE (coordenadora)

Tícia Cassiany Ferro Cavalcante – Professora do Centro de Educação e membro do Centro de Estudos de Ensino e Linguagem (CEEL), UFPE (relatora)

Joelma do Nascimento Leite – Dirigente Municipal de Educação de Agrestina-PE

Eliane Maria Silveira Silva – Dirigente Municipal de Educação de Vicência-PE

Adriana Maria das Neves – Secretária Administrativa da UNDIME-PE

#### **Educação Infantil**

Andréika Asseker Amarante – Dirigente Municipal de Educação de Igarassu-PE (coordenadora)

Viviane de Bona – UFPE/Centro de Educação (relatora)

Catarina Carneiro Gonçalves – UFPE/ Centro de Educação

Helen Kelly Vieira Paulino – Dirigente Municipal de Educação de Itambé – PE

Maria do Socorro de Araújo Gomes – Secretária Executiva UNDIME-PE

#### **Ensino Fundamental Anos Iniciais**

Veratânia Lacerda Gomes de Moraes – Dirigente Municipal de Educação (coordenação)

Telma Ferraz Leal – Professora do Centro de Educação e membro do Centro de Estudos de Ensino e Linguagem (CEEL), UFPE (relatora)

Alexandrina de Souza Neta – Dirigente Municipal de Educação de Petrolândia-PE

Francisco José Amorim de Brito – Dirigente Municipal de Educação de Ipojuca-PE

Maria Aparecida Ramos Lima – Dirigente Municipal de Educação de Solidão-PE

Maria do Socorro de Araújo Gomes – Secretária Executiva da UNDIME-PE

#### **Ensino Fundamental Anos Finais e Ensino Médio**

Claudison Vieira de Albuquerque – Dirigente Municipal de Educação de Feira Nova-PE (Coordenador)

Bernadete Andrade Sotero – Gestora da Rede Estadual de Educação – PE (Relatora)

Maria Elza da Silva – Dirigente Municipal de Educação de Bonito-PE

Maria do Socorro Valois Alves – Coordenadora Geral dos Cursos de Licenciatura/UFRPE

Rosa Cristina Tôrres – Assessora Educacional da UNDIME-PE

#### **Educação de Jovens e Adultos**

Jesânias Rodrigues de Lima – Dirigente Municipal de Itapissuma-PE (coordenador)

Fábio Belarmino Bezerra – Técnico da Secretaria Municipal de Educação de Igarassu-PE (relator)

Célio Leonel da Silva – Dirigente Municipal de Tacaimbó-PE

Jozeilda Grinauria Menino – Membro do Fórum da Educação de Jovens e Adultos/PE

Monica Dias do Nascimento – Técnica da Secretaria Municipal de Educação de Igarassu-PE

Adriana Maria das Neves – UNDIME-PE (secretária administrativa)

#### **Educação do Campo e Educação Escolar Quilombola**

Junior César Gomes Brandão – Dirigente Municipal de Educação de Itaíba-PE (coordenador)

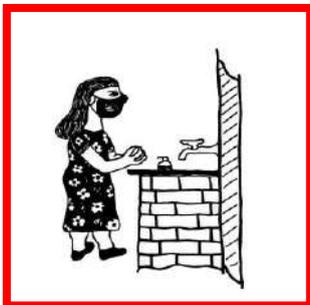
Wivianne Fonseca da Silva Almeida – Coordenadora do Comitê Pernambucano de Educação do Campo (relatora)

Rosemary Ramos e Silva – Dirigente Municipal de Educação de Cachoeirinha-PE

Sônia Regina Diógenes Tenório – Dirigente Municipal de Educação de Venturosa-PE

Rosa Cristina Tôrres – Assessora Educacional da UNDIME-PE

# SUMÁRIO



<b>1. APRESENTAÇÃO</b>	<b>4</b>
<b>2. INTRODUÇÃO GERAL</b>	<b>5</b>
<b>3. PROPOSIÇÕES GERAIS</b>	<b>8</b>
3.1 CALENDÁRIO ESCOLAR, HORÁRIOS E CONTAGEM DE CARGA HORÁRIA	8
3.2 CURRÍCULO E PRÁTICAS PEDAGÓGICAS	10
3.3 FORMAÇÃO CONTINUADA E CONDIÇÕES DE TRABALHO	12
3.4 QUESTÕES EMOCIONAIS E RELAÇÕES COM AS FAMÍLIAS	13
<b>4. ASPECTOS CONTRIBUTIVOS DAS ETAPAS E MODALIDADES DE ENSINO</b>	<b>15</b>
4.1 EDUCAÇÃO ESPECIAL	15
4.2 EDUCAÇÃO INFANTIL	17
4.3 ENSINO FUNDAMENTAL ANOS INICIAIS	21
4.4 ENSINO FUNDAMENTAL ANOS FINAIS E ENSINO MÉDIO	23
4.5 EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS	26
4.6 EDUCAÇÃO DO CAMPO E EDUCAÇÃO ESCOLAR QUILOMBOLA	27
<b>5. CONSIDERAÇÕES APRESENTADAS PELAS ENTIDADES</b>	<b>28</b>
<b>6. AÇÕES DESENVOLVIDAS PELA UNDIME/PE EM TEMPOS DE PANDEMIA DO COVID-19</b>	<b>28</b>
<b>7. CONSIDERAÇÕES FINAIS</b>	<b>28</b>





# 1. APRESENTAÇÃO

É com satisfação que a União dos Dirigentes Municipais de Educação de Pernambuco – UNDIME-PE apresenta o documento **“Educação em tempos de pandemia: Orientações pedagógicas aos municípios”**, que reúne informações e proposições acerca do momento pandêmico que estamos vivendo.

A UNDIME-PE tem como missão articular, mobilizar e integrar os Dirigentes Municipais de Educação para construir e defender a educação pública com qualidade social. Esta instituição possui como princípios: a democracia que garanta a unidade de ação institucional; a afirmação da diversidade e do pluralismo; a gestão democrática com base na construção de consensos, as ações pautadas pela ética com transparência, legalidade e impessoalidade; a autonomia frente aos governos, partidos políticos, credos e às outras instituições; bem como estabelecer a visão sistêmica na organização da educação para fortalecer o regime de colaboração entre os entes federados.

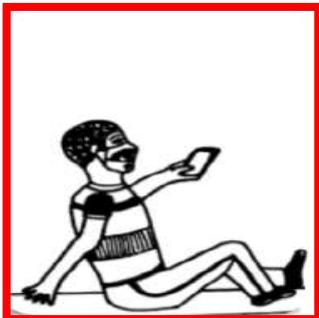
Em 2020 o mundo foi surpreendido pela pandemia do novo Coronavírus, de alta contagiosidade e associado a significativas taxas de letalidade. No Brasil, a maioria das escolas de educação básica suspenderam suas atividades em meados do mês de março. Diante do agravamento da COVID-19, o governo de Pernambuco regulamentou, através do decreto nº 48.809 de 14 de março de 2020, em seu Art. 6º-A, a suspensão do funcionamento das escolas, universidades e demais estabelecimentos de ensino públicos ou privados, a partir de 18 de março.

Enquanto entidade representativa dos Dirigentes Municipais de Educação desenvolvemos uma série de atividades nesse período de isolamento social, com o intuito de contribuir com as redes de ensino. Dentre as atividades desenvolvidas, destacamos: a promoção de pesquisas, publicações, notas técnicas e posicionamentos, webinários semanais (Projeto Quarentena da Educação Municipal), participação em colegiados ampliados, webconferências, bem como a realização do I Congresso Virtual. Dando prosseguimento às atividades, e na perspectiva de apresentar proposições ao Conselho Estadual de Educação de Pernambuco – CEE-PE na elaboração de atos normativos, criamos o Grupo Interinstitucional, que discutiu sobre questões emergentes no campo da educação pública em tempos de pandemia, resultando no Documento Referência encaminhado ao referido Conselho.

As atividades supracitadas inspiraram a Entidade à construção desse documento que será implementado a partir das deliberações das autoridades sanitárias e adequações das unidades escolares. É um documento feito a “muitas mãos”, envolvendo instituições e entidades com “olhares diversos”, objetivando contribuir efetivamente com as Redes Municipais de Ensino dos 184 municípios do estado. O texto apresenta reflexões e proposições pedagógicas sobre as etapas e modalidades da Educação Básica, tais como: calendário escolar e contagem de carga horária; currículo e práticas pedagógicas; formação continuada e condições de trabalho; questões emocionais e relações com as famílias.

Nesse processo de reconstrução, sigamos a orientação do nosso Mestre e Patrono da educação brasileira, o educador Paulo Freire, quando afirma que “Se a educação sozinha, não transforma a sociedade, sem ela tampouco a sociedade muda”. Deixamos o sentimento de que a vida é o nosso bem maior e que necessita ser valorizada e preservada por todos e todas.

## 2. INTRODUÇÃO GERAL



Em novembro de 2019, na China, foi divulgada uma doença que, naquele momento, era identificada como uma pneumonia de causa desconhecida, com apenas um relato de paciente<sup>1</sup>. No mês de dezembro de 2019 novas notificações foram surgindo. Segundo a Organização Mundial da Saúde (doravante OMS), até 27 de janeiro de 2020, já tinham sido computados 2.798 casos do novo coronavírus (2019-nCoV) no mundo, dentre os quais 2.761 (98,7%) foram notificados na China<sup>2</sup>. Nos meses seguintes, a doença se espalhou por outros países. Em 11 de março de 2020, a OMS declarou a COVID-19 uma pandemia<sup>3</sup>. No final de março, os casos ultrapassaram 10.000 confirmações em vários países, como na Itália, Espanha, Alemanha, França, Reino Unido, Suíça, Bélgica, Países Baixos, Irã e Estados Unidos da América<sup>4</sup>. Rapidamente, o número de confirmações aumentou e os óbitos foram cada vez mais frequentes. A partir daí o mundo tem passado por uma das maiores crises de saúde já registradas, causando danos irreparáveis às populações de diferentes nações. Em maio, já eram mais de 5.900.000 infectados, segundo a OMS<sup>5</sup>. Até o final de julho, foram registrados mais de 17.000.000 casos confirmados, com mais de 660.000 mortes<sup>6</sup>.

Mortes e impactos financeiros foram temas de jornais, que, aliados à falta de estrutura para atendimento em hospitais, assim como à insegurança provocada pela subnotificação, provocaram estados de ansiedade e angústia entre as pessoas de todo o mundo. A OMS tem divulgado, por meio de boletins, a atualização cada vez mais assustadora dos dados, assim como as orientações acerca das estratégias de prevenção e combate à doença, a partir das pesquisas realizadas sobre o tema. Os governantes têm investido em medidas tanto do ponto de vista comportamental, quanto do ponto de vista de preparação de profissionais da saúde e criação de infraestrutura nos hospitais. Mas a situação é grave e não se tem previsão certa de quando teremos superado tal crise.

No Brasil, a divulgação oficial do primeiro caso ocorreu em 25 de fevereiro<sup>7</sup>. Em março, foi dado início ao processo de testagem de pacientes com sintomas graves. Em 20 de março, o Governo Federal anunciou, por meio da Portaria nº 454<sup>8</sup>, que o Brasil já convivia com a transmissão comunitária do vírus. Diferentes gestores dos estados e municípios brasileiros começaram a instituir ações para prevenção e tratamento da doença, frente à multiplicação intensa dos casos: final de março já eram mais de 3.900 infectados, com mais de 100 óbitos<sup>9</sup>; em maio, mais de 460.000 casos, com mais de 27.000 óbitos<sup>10</sup>. Julho foi um mês crítico, quando o país ultrapassou a marca de 2.500.000 casos confirmados, com mais de 90.000 óbitos<sup>11</sup>. É um dos países com maior quantidade de casos e de óbitos no mundo, o que requer medidas constantes.

Pernambuco, assim como os demais estados brasileiros, também vem passando por momentos de tensão, que exigem cuidados efetivos. Os dois primeiros casos foram divulgados em 12

<sup>1</sup> <https://www.scmp.com/news/china/society/article/3074991/coronavirus-chinas-first-confirmed-covid-19-case-traced-back>

<sup>2</sup> <https://portal.arquivos.saude.gov.br/images/pdf/2020/fevereiro/04/Boletim-epidemiologico-SVS-04fev20.pdf>

<sup>3</sup> [https://www.paho.org/bra/index.php?option=com\\_content&view=article&id=6101:covid19&Itemid=875](https://www.paho.org/bra/index.php?option=com_content&view=article&id=6101:covid19&Itemid=875)

<sup>4</sup> [https://www.who.int/docs/default-source/coronaviruse/situation-reports/20200330-sitrep-70-covid-19.pdf?sfvrsn=7e0fe3f8\\_2](https://www.who.int/docs/default-source/coronaviruse/situation-reports/20200330-sitrep-70-covid-19.pdf?sfvrsn=7e0fe3f8_2)

<sup>5</sup> [https://www.who.int/docs/default-source/coronaviruse/situation-reports/20200531-covid-19-sitrep-132.pdf?sfvrsn=d9c2eaeef\\_2](https://www.who.int/docs/default-source/coronaviruse/situation-reports/20200531-covid-19-sitrep-132.pdf?sfvrsn=d9c2eaeef_2)

<sup>6</sup> [https://www.who.int/docs/default-source/coronaviruse/situation-reports/20200731-covid-19-sitrep-193.pdf?sfvrsn=9a56f2ac\\_4](https://www.who.int/docs/default-source/coronaviruse/situation-reports/20200731-covid-19-sitrep-193.pdf?sfvrsn=9a56f2ac_4)

<sup>7</sup> <https://www.saude.gov.br/noticias/agencia-saude/46435-brasil-confirma-primeiro-caso-de-novo-coronavirus>

<sup>8</sup> <https://www.in.gov.br/en/web/dou/-/portaria-n-454-de-20-de-marco-de-2020-249091587>

<sup>9</sup> [https://www.who.int/docs/default-source/coronaviruse/situation-reports/20200330-sitrep-70-covid-19.pdf?sfvrsn=7e0fe3f8\\_2](https://www.who.int/docs/default-source/coronaviruse/situation-reports/20200330-sitrep-70-covid-19.pdf?sfvrsn=7e0fe3f8_2)

<sup>10</sup> [https://www.who.int/docs/default-source/coronaviruse/situation-reports/20200531-covid-19-sitrep-132.pdf?sfvrsn=d9c2eaeef\\_2](https://www.who.int/docs/default-source/coronaviruse/situation-reports/20200531-covid-19-sitrep-132.pdf?sfvrsn=d9c2eaeef_2)

<sup>11</sup> [https://www.who.int/docs/default-source/coronaviruse/situation-reports/20200731-covid-19-sitrep-193.pdf?sfvrsn=9a56f2ac\\_4](https://www.who.int/docs/default-source/coronaviruse/situation-reports/20200731-covid-19-sitrep-193.pdf?sfvrsn=9a56f2ac_4)

de março de 2020, com a primeira morte em 25 de março<sup>12</sup>. Em julho, o quantitativo foi maior que 96.000 infectados. O Estado acumulou mais de 6.500 óbitos<sup>13</sup>.

É neste contexto que as secretarias de educação, professores e demais profissionais da educação são desafiados a agir de modo a auxiliar estudantes e suas famílias a enfrentarem este momento tão difícil e doloroso. Desse modo, a Seccional UNDIME PE recomenda muita cautela quanto às decisões de retorno às atividades presenciais, de modo que elas só ocorram quando, de fato, houver recomendação da OMS e secretarias municipais de saúde quanto à garantia de segurança para as famílias. Ainda assim, as medidas de preservação da vida devem guiar todas as deliberações a serem tomadas em cada município pernambucano.

Com a mesma preocupação de preservação da vida, a Seccional UNDIME PE recomenda a leitura cuidadosa e atendimento a todas as orientações quanto aos protocolos de saúde da OMS e órgãos de saúde nacional, estadual e municipais. Este documento visa a contribuir com os gestores e demais profissionais da educação no planejamento pedagógico e organização administrativa das redes de ensino e escolas. Para tal, é necessário que sejam garantidas condições de infraestrutura e pessoal compatíveis com as necessidades das escolas.

É sabido que o forte impacto da pandemia afetou diretamente os processos de escolarização de crianças, jovens e adultos, com o fechamento e suspensão das atividades presenciais nas unidades de ensino, desde março de 2020. Diferentes condições dos municípios e das comunidades acarretaram variedade de ações e de decisões acerca dos modos de interação com os estudantes e familiares. Do mesmo modo, diferentes ações precisarão ser realizadas para a continuidade das atividades, considerando o retorno às aulas presenciais, quando houver condições seguras de preservação da vida, segundo orientações da OMS. Neste documento, busca-se contribuir para que este retorno seja planejado a partir do reconhecimento dos direitos dos estudantes e dos profissionais da educação.

Para isso, propomos a criação de comissão no âmbito municipal e por escola, conforme recomendação da UNDIME Nacional, incluindo atores variados da comunidade escolar e de diferentes segmentos sociais, para discutir aspectos relativos ao atendimento educacional neste período de crise, assim como ao retorno às atividades presenciais. Nessas comissões, é importante considerar os recursos físicos e humanos necessários a esse retorno, buscando identificar as demandas de cada escola. Em suma, para a efetivação de ações consistentes que assegurem os direitos de todos os estudantes à educação, é necessário realizar um planejamento democrático e coletivo, com boas condições de trabalho e segurança, assim como atentar para as especificidades de cada município e unidade escolar.

Para auxiliar nessa construção, as escolas poderão atualizar a ficha cadastral (contatos telefônicos e eletrônicos, entre outros) sobre as crianças e suas famílias para apoiar nas tomadas de decisões e na melhoria da comunicação entre escola e família. Também é necessário coletar informações sobre questões que abordem aspectos relacionados à saúde, ao bem-estar, às emoções e à socialização dos estudantes ao longo do período de distanciamento social. Caso o estudante já frequente a instituição, a escola poderá, igualmente, resgatar o histórico, analisando as suas respectivas singularidades

Compreendendo o currículo como as experiências escolares efetivadas a partir de decisões pedagógicas e condições concretas de vivências educacionais, é necessário, para a tomada de decisões coletivas, buscar informações sobre as experiências dos estudantes durante a fase de

<sup>12</sup> <https://www.diariodepernambuco.com.br/noticia/vidaurbana/2020/07/linha-do-tempo-a-evolucao-do-novo-coronavirus-em-pernambuco.html>

<sup>13</sup> <https://www.pecontracoronavirus.pe.gov.br/boletim-secretaria-de-saude-n-de-casos-39/>

afastamento presencial da escola. É necessário, também, definir prioridades, considerando quais conhecimentos impactam de modo mais direto a progressão escolar e a participação ativa dos estudantes na sociedade, assim como as especificidades desses alunos, como faixa etária, cultura local, condições sociais, modos de aprendizagem dos conhecimentos curriculares e estratégias viáveis e mais efetivas para ensino dos conhecimentos. Enfim, atentando para a excepcionalidade do momento que vivemos, é indispensável que as redes municipais de ensino possam readequar o seu currículo e/ou diretrizes curriculares, de forma que levem em consideração as competências e habilidades prioritárias para a fase, o módulo ou eixo temático, a depender das etapas e modalidades de ensino, previstos nos documentos orientadores, assim como os conhecimentos apropriados e não apropriados pelos estudantes nas experiências anteriores.

Neste processo, a avaliação diagnóstica é uma etapa fundamental para definir os diferentes tipos de deliberação acerca do currículo, organização escolar, escalonamento na participação nas aulas e ações didáticas. Desse modo, precisa contemplar tanto aspectos relativos às condições concretas para participação efetiva nas atividades escolares, quanto aos aspectos socioafetivos e níveis de aprendizagem.

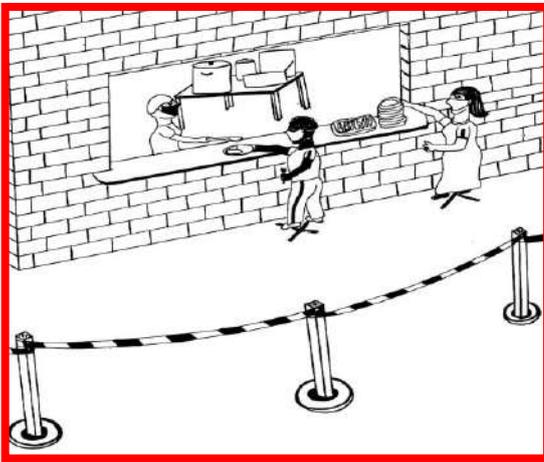
A partir das definições curriculares, para garantir a carga horária e as aprendizagens, poderão ser realizadas aulas presenciais, desde que sejam atendidos os protocolos de saúde, e ensino remoto, caracterizado por aulas não presenciais e atividades à distância monitoradas e orientadas pelos profissionais da educação (professores, coordenadores pedagógicos, equipes técnicas das secretarias de educação), assim como o ensino híbrido, atentando às recomendações do Parecer 05/2020 do Conselho Nacional de Educação (CNE), considerando-se algumas questões fundamentais:

- Como garantir a equidade no atendimento dos estudantes, contemplando as heterogeneidades sociais e de percursos escolares e de vida?
- Como garantir a carga horária exigida sem sobrecarregar fisicamente e emocionalmente as crianças, suas famílias e os profissionais da educação?
- Como organizar o atendimento em aulas presenciais e atividades remotas, considerando a complexidade e tipos de conteúdo curriculares?

Não se pode desconsiderar ainda que, durante este período de combate à COVID-19, estão ocorrendo impactos negativos, como o adoecimento e óbitos de pessoas no mundo, e, especificamente, nas comunidades onde os estudantes vivem ou mesmo nas suas famílias, que promovem estados de ansiedade e tristeza. Há, ainda, estudantes que se sentem ameaçados pelo desconhecido e desprotegidos e os que sofrem por verem seus pais impossibilitados de trabalhar. A escola precisa, de modo solidário, responsável e acolhedor, contribuir para o estabelecimento de um nível possível de tranquilidade para a continuidade do processo escolar. Outros impactos oriundos das condições precárias de vida, agravamento da pobreza, desemprego, assim como os causados pelo próprio isolamento, também requerem que os profissionais da educação ajam com cautela, atentando nos diferentes fatores que interferem na aprendizagem, sejam os de ordem cognitiva, de ordem emocional e/ou motora. As avaliações de aprendizagem e decisões quanto à progressão escolar e estratégias de ensino devem, portanto, considerar as condições socioemocionais dos estudantes e suas famílias.

Também é importante prever ações relativas à avaliação e à formação continuada, além das nuances do ensino híbrido que passam a fazer parte do atual contexto de ensino e de aprendizagem.

Portanto, é necessário observar alguns aspectos específicos de cada etapa ou modalidade de ensino, assim como aspectos gerais, concernentes a todas as etapas e modalidades, conforme sugestões constantes nos tópicos a seguir.



### 3. PROPOSIÇÕES GERAIS

Considerando as questões discutidas na Introdução deste documento, para que sejam assegurados tanto os direitos à aprendizagem quanto a progressão escolar (cumprimento de carga horária), estão listadas, nos tópicos a seguir, algumas proposições gerais que podem favorecer os planejamentos relativos ao calendário escolar e contagem de carga horária; às decisões de questões relativas ao currículo e às práticas pedagógicas; às ações de formação continuada e condições de trabalho dos profissionais; às atividades relativas às questões emocionais e relações com as famílias.

#### 3.1 Calendário escolar, horários e contagem de carga horária

- ✓ Iniciar as aulas presenciais apenas quando houver recomendação da OMS, Ministério da Saúde do Governo Federal, Secretarias de Saúde do Governo Estadual de Pernambuco e da Prefeitura Municipal de cada município, respeitando a vida da população brasileira.
- ✓ Realizar ampla, qualificada e democrática discussão sobre as orientações de reorganização do calendário letivo, quando do retorno seguro às atividades escolares presenciais, envolvendo a comunidade escolar, sociedade civil e movimentos sociais, garantindo a apreciação e aprovação dos encaminhamentos pelos setores responsáveis da área de saúde.
- ✓ Incluir as famílias na discussão do protocolo de retorno às aulas presenciais.
- ✓ Realizar análise das condições físicas e emocionais dos estudantes e familiares, do currículo e do diagnóstico dos níveis de conhecimento dos aprendizes para a organização do calendário, de modo a planejar, se necessário, mais de um calendário em uma mesma rede de ensino e em uma mesma unidade escolar, com a meta de atender a todos os estudantes.
- ✓ Realizar um trabalho amplo de conscientização para um retorno gradativo das atividades presenciais nas escolas.
- ✓ Reorganizar o calendário escolar considerando: as especificidades de cada região em relação aos números da pandemia, as questões legais, as orientações dos conselhos de educação, do Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente, as recomendações da OMS, mesmo que se trate de município com sistema próprio, além de ouvir a sociedade civil e obter aprovação da Secretaria Municipal de Saúde, evitando o excesso de atividades, a fim de que seja garantida a saúde emocional da comunidade educativa.
- ✓ Definir calendários que garantam a carga horária regulamentada de atividades pedagógicas e as aprendizagens, considerando que o ano letivo não precisa coincidir com o ano civil, possibilitando-se que sejam pensadas ações para o triênio 2020- 2022, atentando para as especificidades das turmas do 5º e 9º anos do Ensino Fundamental, último ano da Educação de Jovens e Adultos e 3º ano do Ensino Médio, que têm terminalidade de etapa escolar prevista para 2020, assim como o 4º e 8º anos do Ensino.
- ✓ Empreender esforços para possibilitar a progressão dos estudantes, adotando medidas de organização escolar previstas na LDB, como a de ciclos, assim como o desenvolvimento de projetos especiais no período de 2020 a 2022, com ações pedagógicas em contraturnos; formação de diferentes tipos de

agrupamento para realização de ensino dirigido às necessidades de aprendizagem e às necessidades de pessoas com deficiência; designação de profissionais para estudos e monitoramento dos estudantes com níveis de aprendizagem mais baixos em conteúdos fundamentais para continuidade escolar para amenizar os impactos negativos da pandemia.

- ✓ Realizar as deliberações de progressão escolar a partir de decisões dos conselhos escolares, considerando ações de apoio pedagógico e continuidade de aprendizagens, com projetos de atendimentos diferenciados, considerando-se as necessidades dos estudantes, evitando a reprovação.
- ✓ Realizar o ensino híbrido de modo a garantir maior quantidade de estudantes atendidos, respeitando as condições de ida dos estudantes à escola, desenvolvendo estratégias de articulação entre as atividades presenciais e não presenciais.
- ✓ Estabelecer uma rotina de horários de chegada e saída por grupos específicos para evitar aglomeração, com um indicativo de limite de pessoas que levem e peguem as crianças na instituição, assim como repensar os horários de intervalo, definindo atividades de recreação coerentes com as orientações dos protocolos sanitários estabelecidos.
- ✓ Orientar as famílias para que seus filhos não compareçam à escola quando apresentarem sintomas de quadro infeccioso, seja febre, manifestações respiratórias, diarreia, entre outras, e que fiquem afastados, recebendo todos os cuidados necessários, até a conclusão do diagnóstico e tratamento, assim como informar aos órgãos de saúde responsáveis acerca dos casos.
- ✓ Informar que, caso a criança e/ou membros da família apresentem testes positivos para COVID-19, a escola deve ser comunicada, sendo o seu retorno condicionado à melhora dos sintomas e não antes de 14 dias, a contar do primeiro dia do surgimento dos sintomas.
- ✓ Convocar, antes do início das aulas presenciais, encontros com equipes gestoras, coordenadores pedagógicos, equipes técnicas, professores e demais profissionais da escola para discussão e planejamento das ações a serem desenvolvidas, avaliando, para fins de planejamento pedagógico e contagem de carga horária, o que já foi realizado durante o tempo de afastamento presencial das escolas, considerando as resoluções dos conselhos Nacional, Estadual e municipais de Educação.
- ✓ Realizar, considerando os protocolos de saúde, o retorno escalonado das aulas presenciais, definindo critérios dos que retornarão inicialmente:
  - turmas com terminalidade de etapa escolar prevista para 2020 (5º e 9º anos do Ensino Fundamental; 3º ano do Ensino Médio; última etapa da EJA);
  - turmas com terminalidade de etapa escolar prevista para 2021 (4º e 8º anos do Ensino Fundamental; 2º ano do Ensino Médio, penúltima etapa da EJA);
  - turmas em processo de alfabetização, considerando a maior dificuldade de apropriação de conhecimentos complexos por crianças pequenas sem a mediação presencial dos professores;
  - estudantes em situação de vulnerabilidade social;
  - estudantes que não tiveram acesso ao ensino remoto, ou tiveram acesso reduzido;
  - estudantes que na avaliação diagnóstica evidenciaram estar em níveis mais iniciais de conteúdos considerados prioritários;
  - estudantes com deficiência que não sejam de grupo de risco;
  - filhos únicos, no caso da Educação Infantil.

### 3.2 Currículo e práticas pedagógicas

- ✓ Aplicar questionário socioeducativo das situações nas unidades escolares de toda a rede, com questões sobre os estudantes e as condições de oferta das escolas para plano de ação da Secretaria de Educação, de modo a servir como ferramenta de análise diagnóstica (exemplo em anexo).
- ✓ Mapear, em cada escola, os conteúdos abordados no período de aula presencial e, nos casos das redes que vivenciaram atividades remotas, identificar os conteúdos, assim como as estratégias utilizadas à distância.
- ✓ Aplicar instrumentos diagnósticos (questionários, entrevistas), em cada escola, das condições concretas de vida e de possibilidades de participação dos estudantes nas aulas presenciais e atividades remotas, incluindo informações sobre as atividades que para eles fazem sentido; os modos como aprendem melhor; os modos como se relacionam; as dificuldades acerca do conteúdo curricular; o engajamento dos estudantes no processo de ensino proposto; o acesso à internet e aos equipamentos para ambientes virtuais.
- ✓ Identificar, por escola e turma, as experiências escolares dos estudantes durante o período de afastamento presencial da escola, com informações sobre quais os educandos que não participaram das atividades remotas, os que participaram, os modos de participação e os motivos para participação, ou não.
- ✓ Definir conteúdos e habilidades que são prioritários e devem ser preferencialmente trabalhados em aulas presenciais, bem como os complementares que podem ser contemplados em outros ambientes de aprendizagem, considerando o documento de Reorganização Curricular de Pernambuco e os resultados das atividades diagnósticas realizadas.
- ✓ Considerar, na definição das prioridades, as aprendizagens que precisam ser consolidadas no período letivo atual, possibilitando aos estudantes a base necessária para compreender os conteúdos que virão no ano seguinte, assim como os conteúdos relevantes para compreensão de situações cotidianas e sua interferência na vida pessoal, na cultura, na sociedade e nas atividades econômicas, inclusive, nas questões que estão relacionadas à Pandemia.
- ✓ Realizar avaliação das aprendizagens dos estudantes na oferta das aulas presenciais e remotas, sobretudo em relação aos conhecimentos definidos como prioritários, buscando observar os níveis e as demandas de aprendizagens que serão tomadas como centralidade no processo de ensino.
- ✓ Realizar ensino híbrido, com ações articuladas entre ensino presencial e atividades remotas, potencializando os diferentes espaços de aprendizagem, recapitulando os conteúdos ministrados durante o período de aula presencial e no período de distanciamento e compreendendo o currículo dentro do pressuposto de flexibilização, com atividades síncronas e assíncronas<sup>14</sup>, oportunizando aos estudantes desenvolver sua liberdade, iniciativa, criatividade, autonomia e independência, de acordo com cada modalidade e etapa de ensino, considerando as metodologias ativas como percurso da prática pedagógica.
- ✓ Planejar e sistematizar coletivamente os processos de ensino, reorganizando os conteúdos a partir da definição das prioridades e das avaliações diagnósticas, de forma a adequá-los às necessidades dos alunos que, durante a suspensão das aulas presenciais, não tiveram seu processo de aprendizagem suficientemente efetivado em virtude de desigualdades sociais e garantindo a autonomia pedagógica das redes de ensino e unidades escolares.

<sup>14</sup> Síncronas são as atividades desenvolvidas em um momento/tempo síncrono com a participação dos pares, o que permite que haja um diálogo; elas podem ser presenciais ou à distância. Já as assíncronas não são atividades realizadas on-line, a exemplo das aulas gravadas, vídeos, atividades impressas, dentre outras.

- ✓ Considerar que os estudantes continuaram se desenvolvendo em tempos de distanciamento social, conquistando novos saberes, mas que podem, também, ter experienciado retrocessos cognitivos, emocionais e comportamentais decorrentes da violação de direitos ou em virtude do isolamento, sendo necessário, nesses casos, retomar o ensino de conhecimentos e/ou habilidades, priorizando a revisão dos conteúdos que foram trabalhados no período de aulas presenciais e no período das aulas não presenciais.
- ✓ Incluir, no planejamento das escolas, temáticas que possam favorecer a formação humana crítica dos estudantes e combater aos preconceitos sociais, tais como as Competências Gerais da BNCC e os Temas Integradores do Currículo de Pernambuco, contribuindo, assim, para a permanência das crianças na escola, sobretudo no momento circunstanciado pela pandemia.
- ✓ Estar atentos(as) e não permitir qualquer tipo de discriminação com os(as) estudantes que tiveram familiares que foram acometidos(as) pela COVID-19.
- ✓ Proporcionar aos estudantes e familiares orientações básicas para a utilização das ferramentas tecnológicas, com elaboração e entrega de um guia, objetivando auxiliar na realização das atividades em cada modalidade ou etapa escolar.
- ✓ Considerar constantemente os estudantes como prioridade da ação pedagógica. Os profissionais deverão estar atentos às suas manifestações, respeitando suas reações e proporcionando experiências saudáveis que possam ajudá-los a superar desafios.
- ✓ Utilizar tecnologias diversas e possíveis, assim como ambientes variados, virtuais e presenciais, com desafios capazes de conduzir à interação, à colaboração e, sobretudo, a aprendizagens e ao desenvolvimento humano, de forma lúdica, interativa e motivacional, desenvolvendo práticas pedagógicas capazes de dar sentidos e significados ao momento presente.
- ✓ Intensificar a prática inovadora e pesquisadora, reinventando-a de forma reflexiva e contextualizada, ao considerar os saberes e as necessidades que o momento exige. Dessa forma, deve-se atentar para os aspectos cognitivos, sociais, econômicos e tecnológicos.
- ✓ Vivenciar atividades diferenciadas com estudantes e discutir variadas estratégias para lidar com as heterogeneidades, de modo a garantir os direitos à aprendizagem de todos os componentes curriculares, em uma perspectiva de formação humana crítica, respeitando o ritmo e os caminhos possíveis, e considerando as especificidades de cada aluno.
- ✓ Desenvolver metodologias que contemplem mais de uma área de conhecimento, integrando propostas interdisciplinares de ensino presenciais a propostas de ensino não presenciais, assim como a abordagem transversal de temáticas como saúde, bem-estar, questões sanitárias, ambientais, sociais, interações e relações afetivas e socioemocionais, com participação da família, sempre que possível.
- ✓ Registrar regularmente as práticas pedagógicas vivenciadas, pois se constituem como ferramenta de avaliação e autoavaliação tanto para gestão escolar, como para professores, estudantes, servindo de base para tomadas de decisões.
- ✓ Garantir atendimento on-line e/ou atividades impressas disponibilizadas na escola, em todos os níveis e modalidades, garantindo a organização logística necessária para a entrega aos estudantes, bem como, avaliando as condições dos pais e responsáveis em conduzir esses planos de estudo em casa.
- ✓ Divulgar, através de rádios locais, carro de som etc., os locais em que as famílias podem pegar o material impresso disponibilizado pela escola.
- ✓ Conversar abertamente com os estudantes, a fim de orientá-los acerca dos hábitos de higiene necessários, sem adotar postura assustadora ou punitiva, buscando evitar pânico.

### 3.3 Formação Continuada e condições de trabalho

- ✓ Adequar instrumentos de gestão e planejamento, tais como: Projetos Político-Pedagógicos, Projetos de Ensino, Planos de Aulas, levando em consideração os desafios internos e externos que este período de pandemia causou no processo de ensino e aprendizagem.
- ✓ Definir as novas regras de convivência no ambiente escolar, considerando os protocolos sanitários: a dinâmica de organização da sala de aula, controle do uso da máscara, entrada e saída dos estudantes na escola, momentos de atividades ao ar livre, quantidade de educandos por dia de aula, momentos de merenda e recreação, aulas práticas do componente curricular Educação Física, controle do fluxo de uso dos banheiros, entre outros.
- ✓ Propiciar um olhar da gestão para o acolhimento aos educadores, considerando as suas condições de trabalho, considerando a dimensão emocional.
- ✓ Realizar ações para acolher a equipe pedagógica da escola, por meio de palestras que discutam aspectos relacionados ao equilíbrio emocional dos profissionais.
- ✓ Realizar avaliação diagnóstica para a identificação das necessidades formativas da rede.
- ✓ Ofertar formação continuada para professores sobre temas relativos aos processos de ensino e aprendizagem que contribuam para o desenvolvimento de uma pedagogia inclusiva, que garanta os direitos de aprendizagem dos estudantes, contemplando, no mínimo:
  - uso de plataformas, ferramentas e tecnologias digitais no processo de ensino e aprendizagem, tal como proposto no Currículo de Pernambuco (plataformas, web conferências, lives, programas e entrevistas radiofônicas, podcasts, etc.);
  - metodologias e estratégias que atendam às necessidades do ensino remoto, com reflexões sobre atividades vivenciadas pelos docentes;
  - produção de materiais didáticos para ensino híbrido;
  - formas, critérios e processos de avaliação em situação de ensino híbrido.
- ✓ Propor oficinas de trabalho aos professores baseadas no Documento de Reorganização Curricular, com proposta concreta de aplicabilidade em aulas presenciais e não presenciais.
- ✓ Apresentar e discutir as experiências vivenciadas nesse período pelos professores e equipe gestora, destacando possibilidades e dificuldades, através de amostras pedagógicas para fortalecimento das práticas nas redes de ensino.
- ✓ Utilizar plataformas digitais e recursos tecnológicos, preferencialmente públicas, para realização de cursos online para professores, gestores, coordenadores pedagógicos e equipes técnicas da SME em diferentes áreas temáticas.
- ✓ Realizar atendimento aos professores organizados por ano ou por ciclos, pelos coordenadores pedagógicos das escolas de forma híbrida, apoiando-os em situações-problema tanto no coletivo, quanto individualmente.
- ✓ Subsidiar o professor na elaboração do planejamento e na escolha das atividades que contemplem a readequação curricular, favorecendo a ressignificação das práticas vivenciadas, num processo contínuo de ação-reflexão-ação.
- ✓ Definir estratégias para contagem de carga horária de trabalho para professores, considerando o tempo de planejamento, elaboração de materiais, tempo disponível em ambientes virtuais e outras atividades, com o cuidado de não causar desgaste físico e mental dos profissionais, estabelecendo critérios para registro de planejamento por unidade didática, aulas dadas, avaliação parcial/global e frequência de docentes e alunos, observando as normas do CEE e em consonância com as normativas do CME.

### 3.4 Questões emocionais e relações com as famílias

- ✓ Orientar previamente alunos, funcionários, professores e pais/responsáveis sobre procedimentos, protocolos de segurança e precauções necessárias, dada a pandemia que vivemos, acompanhando de forma geral o estado de saúde dos profissionais e das famílias em relação à COVID-19 para tomar medidas preventivas.
- ✓ Ofertar palestras com profissionais da área de saúde (médicos, psicólogos, terapeutas, agentes de endemias, etc.), trazendo luz aos fatos, evitando assim a propagação de notícias falsas, cujo objetivo é disseminar pânico e desinformação entre a população.
- ✓ Proporcionar, através da Secretaria de Educação, momentos de acolhida com as equipes gestoras das escolas, funcionários, famílias e estudantes de acordo com o protocolo de retorno gradativo, enfatizando a utilização de dinâmicas motivacionais, estratégias lúdicas e linguagem acessível, de forma a contribuir com a adaptação e a convivência de todos(as) que fazem a comunidade escolar.
- ✓ Produzir espaços interativos e rodas de conversa em atividades presenciais e não presenciais entre alunos, professores e comunidade para compartilhar sentimentos, fortalecendo os vínculos socioafetivos entre estudantes, professores e família, favorecendo as interações humanas e respeitando os protocolos de segurança.
- ✓ Garantir ações para monitorar a frequência das crianças à escola, realizando busca ativa dos estudantes para evitar o abandono escolar, identificando os motivos das ausências dos alunos durante as atividades propostas pelas escolas, sejam elas remotas ou presenciais, acionando, quando necessário, os órgãos de controle social, garantindo o retorno e a permanência do estudante na escola.
- ✓ Acompanhar estudantes, que por motivos de comorbidade ou outros aspectos, não estiverem participando das aulas presenciais.
- ✓ Acolher as famílias para que se sintam seguras e tranquilas quanto ao bem-estar dos estudantes, considerando o período de adaptação e os cuidados para preservação da saúde.
- ✓ Monitorar os alunos e familiares que estejam em situação de vulnerabilidade social (econômica, sexual, violência, etc.), para fazer as intervenções de forma mais urgente e eficaz.
- ✓ Encaminhar estudantes, famílias e profissionais da educação às equipes multifuncionais e órgãos competentes do município, quando identificadas as necessidades de apoio psicossocial.
- ✓ Ampliar a oferta de apoio aos estudantes e profissionais de educação com necessidades psicossociais, com maior atuação dos profissionais de saúde e da rede de proteção.
- ✓ Definir protocolos que orientem as intervenções pedagógicas junto aos alunos e às famílias, em caso de situações de conflito emocional.
- ✓ Acolher e dar suporte aos estudantes que tenham desenvolvido comportamentos adaptativos ao longo do distanciamento social, por meio de ações desenvolvidas por equipes multidisciplinares.
- ✓ Planejar e executar programas para apoio às pessoas em risco de trabalho infantil e violência doméstica, evitando a evasão escolar e garantindo os direitos das crianças e dos adolescentes previstos em Lei, compreendendo que alguns estudantes, durante a pandemia, podem ter sofrido violência física, simbólica ou psicológica. A escola, rede protetiva, deverá estar atenta a esta realidade, estabelecendo parcerias para denúncia dos maus tratos e proteção das crianças.
- ✓ Manter uma rede de comunicação ativa entre os(as) integrantes da comunidade escolar, realizando a escuta atenta, por meio de ouvidorias, grupos em redes sociais, assim como em encontros com as famílias (presencial para os(as) que não têm acesso aos ambientes virtuais e não presencial para os(as)



demais), fortalecendo as relações entre os(as) profissionais da escola e entre a família e a escola, contribuindo com o desenvolvimento socioemocional das famílias e dos(as) profissionais.

- ✓ Estabelecer parceria com as Secretarias Municipais de Saúde, Assistência Social, Fazenda, Conselho da Criança e do Adolescente, Ministério Público e outros, visando o cruzamento de dados e informações, bem como promovendo ações conjuntas com organização de equipes multidisciplinares, de campanhas de comunicação a serem implantadas nas redes sociais (posts, podcasts, vídeos, infográficos, animações) e na escola (panfletos, comunicados, cartilhas, cartazes e orientações gerais), além de palestras, oficinas e outras ações educativas para orientação sobre os protocolos sanitários de autocuidado e prevenção coletiva contra a COVID-19 e acompanhamento da saúde física e mental dos estudantes, familiares e profissionais da educação.
- ✓ Criar parcerias com as rádios e TVs locais, a fim de atingir o maior número possível de estudantes e familiares com informações, orientações e dicas de saúde e bem-estar.
- ✓ Desenvolver Projetos Escolares em parceria com/em ações intersetoriais (Secretaria de Saúde, Assistência Social, Centros de Atenção Psicossocial, Conselho Tutelar, Promotoria Pública, Igreja e outros...), com propostas, ações e conteúdos motivadores, estimulantes e que passem confiança à comunidade escolar, ajudando-a na sensibilização e motivação de todos(as) para o retorno seguro da vida escolar, com equilíbrio emocional.
- ✓ Divulgar todas as medidas de proteção e ações pedagógicas tomadas pela escola para favorecer a segurança e o direito à aprendizagem dos estudantes.

## 4. ASPECTOS CONTRIBUTIVOS DAS ETAPAS E MODALIDADES DE ENSINO



Além das proposições gerais, concernentes a todas as etapas e modalidades de ensino, algumas especificidades precisam ser levadas em conta em cada período de escolarização, cujas sugestões serão abordadas neste tópico, considerando que a contribuição de todos os envolvidos no processo educativo é de fundamental importância.

### 4.1 Educação Especial

A inclusão escolar dos estudantes com deficiência consiste, sobretudo, no processo de escolarização do público-alvo através da Educação Especial, em sistemas educacionais comuns. A modalidade da Educação Especial, enquanto política educacional, é preconizada pela Lei de Diretrizes de Bases da Educação Nacional (LDBEN/1996). O artigo 59 legisla sobre a garantia, pelos sistemas de ensino, de condições para aprendizagem, como currículos, métodos, técnicas, recursos educativos e organização específicos, bem como do acesso igualitário aos benefícios de programas sociais suplementares disponíveis para o respectivo nível do ensino regular. A Lei Brasileira de Inclusão (LBI/2015), no seu artigo 4º, institui que: “toda pessoa com deficiência tem direito à igualdade de oportunidades com as demais pessoas e não sofrerá nenhuma espécie de discriminação”. Assim, pontua-se a garantia de direitos da pessoa com deficiência, no que se refere à escolarização em condições de igualdade com os demais estudantes, sendo necessário, para isso, que sejam garantidos às escolas o suporte material e pessoal.

Em tempos de pandemia da COVID-19, a sociedade vive uma grave crise de incertezas, de significados, de hesitação e imprecisões, como bem argumenta Nascimento (2020). Essa crise tem grande impacto na educação formal, visto requerer mudanças lentas, processuais e graduais. No caso da Educação Especial, temos um público que é, historicamente, excluído e invisibilizado (KASSAR, 2013, 2018; GUEBERT, 2007; JUNKES, 2006), cabendo às redes de ensino ter um cuidado para atender às demandas desse público e permitir que haja uma retomada gradual; e que, ao mesmo tempo, garanta a aprendizagem significativa.

A aprendizagem significativa desse público, nesse momento específico e com planejamento, traz um direcionamento para se pensar os processos de aprendizagem e desenvolvimento trazidos pela teoria histórico-cultural. Ao defender que as leis de desenvolvimento são iguais para todas as pessoas, e que no caso das pessoas com deficiência o que existe é um caminho distinto a percorrer, Vygotsky (1997) apresenta um suporte para se pensar que é possível focar nos processos de aprendizagem significativa das pessoas com deficiência e que cabe ao educador incidir sobre os processos psicológicos superiores.

Dessa forma, apresentam-se aqui alguns direcionamentos para se pensar no processo de retomada presencial das pessoas com deficiência, considerando-se que se deva atentar para as realidades específicas e para as individualidades. Assim, esse será um processo de retomada construído conjuntamente entre educação, saúde, assistência social e família. Destaca-se que não há

modelos prontos; precisa-se construir um fazer inclusivo e com responsabilidade. Como ponto de partida seguro, sugere-se criar um portfólio de cada estudante com deficiência, constando todas as informações necessárias como: dados de matrícula, fatores de risco, comorbidades, informações avaliativas (comprometimento motor, cognitivo e comportamental), participação em aulas remotas, uso de transporte acessível, atendimento educacional especializado e Plano de Desenvolvimento Individual (PDI) atualizado. A partir deste portfólio será possível organizar um planejamento de uma retomada segura.

Para esse retorno seguro, nos casos mais graves, considera-se prioritário ter um parecer multiprofissional, para que sejam avaliadas as condições clínicas de retorno.

### Proposições

- ✓ Vivenciar o currículo flexível que atende às necessidades e características de aprendizagem de cada estudante, com o uso das adequações pedagógicas, levando em consideração as diferentes deficiências. Nessas adequações, orienta-se a utilização de atividades lúdicas e significativas, constituindo-se numa proposta motivacional que garanta a participação e a permanência desses estudantes.
- ✓ Proporcionar práticas pedagógicas com o uso de metodologias ativas e das ferramentas de Tecnologia Assistiva<sup>15</sup>.
- ✓ Organizar as aulas em sistema de rodízio, em que os estudantes com deficiência, avaliadas as condições de saúde, participem com os seus pares, com limite de apenas um estudante com deficiência por vez em sala de aula regular. A frequência e sistematicidade em sala de aula devem ser avaliadas pela rede de ensino, podendo variar de uma vez a duas vezes por semana.
- ✓ Planejar as aulas com o apoio do professor especialista ou dos profissionais dos Centros de Atendimento e Reabilitação, nas quais, de forma temporária, o trabalho desses profissionais seja direcionado para elaboração de planejamentos e criação de materiais pedagógicos a partir de casos específicos (funcionaria como um laboratório de produção de materiais a serem compartilhados virtualmente para possíveis replicações).
- ✓ Criar um acervo de materiais e vídeos, que poderão ser replicados (para os alunos com deficiência e seus cuidadores que permaneceram com atendimento não presencial), bem como o uso de equipamentos tecnológicos e das ferramentas de Tecnologia Assistiva de alto custo e, sobretudo, de baixo custo (por questões sanitárias esses materiais seriam de uso individual).
- ✓ Manter o atendimento especializado nas salas de recursos multifuncionais ou no Centro de Atendimento Multidisciplinar em forma de rodízio, com atendimentos individuais e com intervalos de tempo para que os estudantes e seus familiares não compartilhem do mesmo espaço físico.
- ✓ Manter os profissionais de apoio.
- ✓ Priorizar o uso de Equipamentos de Proteção Individuais (EPIs) pelos profissionais e estudantes com deficiência.
- ✓ Partir das informações prévias e documentos dos estudantes com deficiência.
- ✓ Focar nas produções autorais dos estudantes com deficiência.
- ✓ Adaptar os agrupamentos às necessidades das escolas e modalidades de ensino. Por exemplo, na Educação de Jovens e Adultos (EJA), em algumas realidades, existe um quantitativo de estudantes com

---

<sup>15</sup> Tecnologia Assistiva, segundo Bersch (2015), consiste em um arsenal de recursos e serviços que contribuem para proporcionar ou ampliar habilidades funcionais de pessoas com deficiência. Essas ferramentas podem ser de baixo custo, como materiais produzidos artesanalmente pelo educador, bem como ferramentas de alto custo, como *softwares* que permitem a funcionalidade de habilidades específicas.

deficiência maior. Nesses casos, a rede de ensino pode pensar numa organização específica da turma. Sugere-se continuar com o rodízio, porém, talvez, seja necessário que a escola precise dividir a turma em grupos menores, a depender do quantitativo de estudantes com deficiência na mesma turma. Dessa forma, em alguns casos, terão mais atividades assíncronas do que síncronas, mas essa ação permitirá uma maior segurança à saúde do grupo-classe.

- ✓ Propiciar atividades motivadoras, nas atividades assíncronas da EJA, para atender o público com deficiência, em consonância com o planejamento do professor, a exemplo de vídeos, filmes, lives, entrevistas, dentre outras atividades.
- ✓ Focar nas produções autorais dos estudantes com deficiência.
- ✓ Propiciar formação continuada com temáticas específicas que permitam aos educadores refletirem acerca da prática inclusiva. Temáticas sugeridas: Tecnologia da Informação e Comunicação (TICs); Tecnologia Assistiva; Inclusão e acessibilidade; Desenho Universal para Aprendizagem (DUA); Adequação e flexibilização curricular; Avaliação inclusiva e educação socioemocional.
- ✓ Planejar retorno gradual e de forma monitorada. Sugere-se o manejo entre aulas presenciais e não presenciais com o uso de atividades do acervo (previamente planejadas), a depender das condições do estudante.
- ✓ Oportunizar aos estudantes desenvolver sua liberdade, iniciativa, criatividade, autonomia e independência, de acordo com essa modalidade.
- ✓ Elaborar um guia de orientações para as famílias, objetivando auxiliar na realização das atividades dessa modalidade.
- ✓ Propor grupos de discussões em busca de descobrir as necessidades específicas dos estudantes.
- ✓ Proporcionar um acompanhamento da gestão mais atento na relação entre o cuidador e o estudante com deficiência, sobretudo nas questões sanitárias, pela necessidade de maior proximidade física.

## 4.2 Educação Infantil

A Educação Infantil, em função de sua especificidade, contempla alguns desafios diferentes no processo de retorno das instituições. Esta etapa da Educação Básica, por ser direcionada às crianças pequenas, precisa considerar a garantia de cuidado físico, cognitivo, social, relacional e emocional, bem como a promoção da aprendizagem por meio de experiências lúdicas, interativas e contextualizadas conforme preconizam os documentos oficiais (BRASIL, 2009, 2017; PERNAMBUCO, 2019).

Além dos elementos citados, é fundamental o cumprimento de recomendações sanitárias respeitando as legislações federais, estaduais e municipais, adequando os protocolos de saúde ao contexto de cada escola. Tais recomendações visam assegurar os direitos da vida e da saúde, não apenas para as crianças, mas, inclusive, para todos os adultos profissionais que atuarão neste retorno às aulas.

Entretanto, para além dos cuidados sanitários, o atendimento às necessidades cognitivas, relacionais e emocionais das crianças pequenas precisa ser assegurado. Por isso, as escolas devem favorecer atividades lúdicas e interativas<sup>16</sup>, reconhecendo-as como inegociáveis, sempre adaptadas ao cotidiano pandêmico. Isso significa dizer que as interações e brincadeiras precisam continuar sendo contempladas no cotidiano pedagógico, adaptadas aos modos recomendados pelos órgãos oficiais.

Nesse sentido, é preciso garantir que as crianças vivenciem experiências positivas em relação ao retorno escolar e à convivência com os colegas, por meio de relacionamento interpessoal afetivo.

<sup>16</sup> Essas questões serão discutidas no item específico sobre currículo, práticas pedagógicas e avaliação.

Ademais, vale ressaltar que a Educação Infantil precisará favorecer um novo momento de adaptação para as crianças de todas as idades, reconhecendo que muitas delas estarão inseguras e temerosas neste retorno. As experiências neste distanciamento social foram singulares, assim como também foram individuais os efeitos destas experiências.

É imprescindível, ainda, que os direitos das crianças – humanos e de aprendizagem – prevaleçam e os eixos estruturantes da prática pedagógica, quais sejam, as interações e as brincadeiras, estejam no centro das proposições a elas destinadas como caminhos para garantia destes direitos e como respeito às especificidades da infância como etapa particular do desenvolvimento.

O retorno das aulas na Educação Infantil precisa considerar, também, as diferenciações no atendimento aos bebês e às crianças bem pequenas (na Creche) e às crianças de 4 e 5 anos (na Pré-escola). Para tanto, sugere-se que as decisões pedagógicas se amparem nos documentos oficiais: Diretrizes Curriculares Nacionais da Educação Infantil – DCNEI (BRASIL, 2009), Base Nacional Comum Curricular da Educação Infantil (BRASIL, 2017) e o Currículo de Pernambuco: Educação Infantil (PERNAMBUCO, 2019), assim como volte o seu olhar para o próprio currículo do sistema de ensino e projeto pedagógico de cada instituição a fim de evitar rupturas e perdas na intencionalidade pedagógica. Nesse sentido, alguns princípios precisam ser considerados:

- Reconhecer que o currículo da Educação Infantil se configura como um conjunto de práticas que articulam as experiências e os saberes das crianças com os conhecimentos, de modo a promover o seu desenvolvimento integral nos aspectos físico, emocional, social e cognitivo.
- Garantir os direitos de aprendizagem e desenvolvimento a todas as crianças: conhecer-se, conviver, brincar, participar, comunicar e explorar.
- Contemplar os Campos de Experiências que constituem o arranjo curricular para a Educação Infantil: O Eu, o Outro e Nós; Corpo, Gestos e Movimentos; Traços, Sons, Cores e Formas; Escuta, Fala, Pensamento e Imaginação; Espaços, Tempos, Quantidades, Relações e Transformações.
- Atentar que as crianças pequenas ainda não conseguem expressar, com autonomia, as emoções e sentimentos (angústias, medos, preocupações, alegrias). Portanto, deve fazer parte da rotina desta etapa escolar a escuta sensível e atenta às crianças, bem como a reflexão e o manejo das emoções no cotidiano relacional.
- Para o desenvolvimento das crianças é importante explorar as múltiplas linguagens, utilizando como critério as manifestações das crianças e as emoções que expressam, assim como utilizar diferentes materiais, ampliando o repertório das crianças em suas produções.
- Manter a sala das crianças como um ambiente tranquilo e acolhedor, respeitando as especificidades de cada uma.

Nesse sentido, recomendamos o planejamento coletivo das ações com vistas ao bem-estar de todos(as) os(as) envolvidos(as), realizando e discutindo democraticamente, assegurando os princípios da representatividade e participação. Destacamos, ainda, que esse planejamento seja fundamentado nos direitos humanos que respeitem as crianças, famílias e educadores(as) em suas diferentes particularidades.

Portanto, é preciso avaliar as condições de retorno considerando o espaço físico e a relação adulto-criança que garanta a segurança de todos(as). Caso não seja possível o regresso de todas as crianças ao mesmo tempo, podem ser estabelecidos rodízios entre grupos. Se for definido o retorno

com o uso de rodízio, para a pré-escola, deve ser prevista a complementação da carga horária por meio de propostas a serem realizadas de forma remota.

Tomadas as decisões para o retorno, e levando em conta as especificidades das crianças da educação infantil, bem como a garantia dos direitos à convivência e ao brincar, constantes como direitos de aprendizagem já mencionados, recomendamos a utilização de composição grupal para garantir a interação entre as crianças, ao mesmo tempo, resguardando o distanciamento físico entre elas no ambiente escolar de forma geral. São estas as novas formas de pensar em diferentes maneiras de interação entre as crianças e profissionais e entre as crianças umas com as outras. Isto implica, ainda, na utilização de espaços alternativos para as interações, com pequenos grupos em um número maior de espaços. Indicamos como forma de organização para distanciamento entre os grupos as seguintes orientações:

a) quando possível, estabelecer grupos de 4 crianças identificadas por cores, frutas, nome ou algo que facilite o monitoramento e acompanhamento caso haja alguma possível contaminação. Os grupos não devem se misturar, garantindo a interação no pequeno grupo, mas resguardando o distanciamento físico necessário com a comunidade escolar, assegurando maior proteção;

b) considerando que as crianças estão há mais de 4 meses em isolamento social e compreendendo que elas precisam dos pares para se reconhecer como sujeito e considerando, ainda, a importância das interações e como elas são centrais nessa etapa da infância, sugere-se que os grupos sejam formados salvaguardando o bem-estar como critério (como exemplo, agrupamentos por afinidade entre as crianças). Isso não significa dizer que deve ser negado a possibilidade de conflito, mas valorizado os afetos que possibilitam melhor interação.

### Proposições

- ✓ Atentar que antes da retomada oficial é importante que os educadores iniciem o resgate do vínculo com as crianças, fazendo uso de vídeos, telefonemas, fotografias e bilhetes, visto que muitos passaram meses tendo contato restrito e perdem ou enfraquecem o vínculo com os colegas, auxiliares e professores.
- ✓ Elaborar instrumentos para conhecer os saberes construídos pelas crianças durante o período de isolamento social.
- ✓ Planejar as situações de aprendizagem tendo as crianças como centro e abordando as temáticas que envolvem os seus desejos, interesses e possíveis situações vivenciadas por elas no momento em que estiveram em isolamento social.
- ✓ Estabelecer uma rotina de higiene com as crianças e envolvê-las no planejamento da rotina, fazendo os combinados sobre as ações, segurança e cuidados necessários durante o período que ficarem na instituição.
- ✓ Utilizar, sempre que possível, espaços externos e arejados que dificultem a disseminação do vírus e favoreçam o bem-estar e a interação.
- ✓ Disponibilizar brinquedos em quantidade suficiente para todas as crianças, a fim de evitar disputas que possam favorecer o contágio. Quando possível, estruturar um kit individual de brinquedos para cada criança, minimizando os compartilhamentos.

- ✓ Retirar ou isolar das salas das crianças os materiais que não serão utilizados, reduzindo a possibilidade de contaminação.
- ✓ Priorizar na rotina pedagógica a utilização de brinquedos e demais objetos de fácil lavagem.
- ✓ Observar e registrar continuamente as práticas pedagógicas e as situações de aprendizagem, a fim de orientar direcionamentos individuais e grupais, bem como acompanhar progressos e dificuldades do desenvolvimento de cada criança. Propõe-se uma perspectiva sistemática de avaliação como processo e não atividade pontual.
- ✓ Acolher, por meio de uma atuação sensível dos(as) professores(as) e demais profissionais, possíveis manifestações emotivas das crianças, como: choro constante, agressividade, isolamento, dificuldade na adaptação às rotinas da escola, entre outros.
- ✓ Utilizar os princípios da gestão dos conflitos, a partir da constituição de um ambiente sociomoral cooperativo, evitando comportamentos agressivos.
- ✓ Abrir um canal constante de diálogo com as famílias conversando sobre as novas rotinas e procedimentos, no que se refere aos cuidados sanitários, como também nas definições pedagógicas, ressaltando a importância de obstar o compartilhamento de brinquedos e solicitar a parceria das famílias para evitar que as crianças levem brinquedos de casa para as unidades educativas.
- ✓ Estabelecer rodízios de horários para utilizar espaços de convívio coletivo na instituição, impedindo que muitas crianças se encontrem ao mesmo tempo. Na educação infantil esta observação é particularmente importante, posto que as crianças possuem menor controle para evitar contato físico com outras pessoas tendendo a se aproximarem corporalmente.
- ✓ Favorecer a formação continuada dos profissionais no que se refere à concepção de criança e infâncias; direitos das crianças, bem como o desenvolvimento próprio da primeira infância.
- ✓ Discutir as diretrizes para o trabalho pedagógico na retomada das aulas presenciais na Educação Infantil.
- ✓ Favorecer a formação continuada dos professores, cuidadores e membros das equipes multidisciplinares acerca dos sentimentos, emoções e saúde mental nestes tempos pandêmicos, com foco para os efeitos estressores e seus impactos nas crianças.
- ✓ Estruturar um programa de formação continuada dos professores, cuidadores de creche e auxiliares de desenvolvimento infantil para a identificação das reações emocionais e alterações comportamentais apresentadas pelas crianças pequenas em função da pandemia. Estas manifestações são esperadas e comuns em tempos difíceis como este vivido. Compreender essa questão é fundamental para o atendimento adequado às necessidades das crianças, acolhendo ou encaminhando para a equipe multidisciplinar.
- ✓ Reconhecer que as experiências do isolamento social podem trazer consequências para a convivência escolar no retorno às aulas, tais como intensificação de conflitos entre os pares e comportamentos agressivos entre os alunos.
- ✓ Possibilitar formações com profissionais de diferentes áreas: saúde, fonoaudiologia, psicologia, no que diz respeito ao cuidado e proteção com a COVID-19 com foco nas necessidades da primeira infância.
- ✓ Estabelecer diálogos com o Conselho Tutelar, Ministério Público, Vara da Infância e da Adolescência e/ou outras instâncias para tratativa dos casos de violência doméstica contra crianças durante o isolamento social.

### 4.3 Ensino Fundamental Anos Iniciais

O cumprimento dos necessários protocolos de saúde para enfrentamento da COVID-19 requer, das redes de ensino, a criação de estratégias que garantam a permanência dos estudantes nas escolas e, conseqüentemente, a continuidade de seus percursos escolares. Nos anos iniciais do Ensino Fundamental são atendidos estudantes com faixa etária em torno de 6 a 10 anos, portanto, na fase da infância, requerendo cuidados específicos, tais como o monitoramento de suas atividades em todos os ambientes da escola quanto aos protocolos sanitários, e relação muito próxima das famílias.

Nesta faixa etária são as famílias que decidem acerca da entrada e permanência das crianças na escola, assim como fazem intermediações e monitoram o processo de escolarização. As crianças não têm autonomia e, portanto, a família tem um papel central em todo o processo, sobretudo quando se institui o ensino remoto. Desse modo, é preciso manter diálogo constante, criando-se estratégias para que não só as mantenham informadas como também recebam orientações acerca de como proceder em casa, delimitando objetivamente as funções da escola e da família, de modo a não haver substituição dos professores por pessoas da convivência extraescolar das crianças, que, no processo de escolarização, não devem ser cobradas quanto à apropriação de conteúdos curriculares complexos, mas, sim, quanto ao monitoramento das atividades escolares, apoio na realização das atividades, quando possível, e diálogo constante com a escola.

O interesse principal desses estudantes é por situações lúdicas, brincadeiras, com preferência de interações com crianças da mesma faixa etária. Aprendem mais efetivamente quando vivenciam atividades participativas, que ativam conhecimentos prévios e desestabilizam o que já sabem do que em situações apenas de exposição oral. Desse modo, em relação aos anos iniciais do Ensino Fundamental, as crianças não devem ser submetidas ao tempo longo de exposição oral, devendo haver prevalência de situações didáticas problematizadoras e lúdicas. Tais características precisam ser levadas em conta nas aulas presenciais e atividades remotas. Em relação a cada uma dessas formas de atendimento, é necessário que seja analisada a pertinência e a suficiência em relação ao currículo, à qualidade das ações educativas e às estratégias para garantir as condições equitativas de atendimento, levando em conta as condições socioemocionais de estudantes, familiares e educadores, assim como os direitos à aprendizagem dos estudantes.

Considerando o currículo dos anos iniciais do Ensino Fundamental, é importante também refletir que as ferramentas de análise e ação na sociedade, como as diferentes linguagens, verbal e não verbal, precisam ser tomadas como prioridades. A alfabetização das crianças pode ser prioritária, considerando não apenas a apropriação do Sistema Alfabético de Escrita e do Sistema Numérico Decimal, mas também as dimensões relativas à formação de leitores e produtores de textos orais e escritos voltadas para o tratamento de diversos temas que mobilizam e introduzem conhecimentos dos diferentes componentes curriculares e aspectos relativos ao desenvolvimento de valores sociais, como respeito às heterogeneidades humanas e combate aos preconceitos sociais. Desse modo, conhecimentos relativos aos diferentes componentes curriculares podem ser contemplados em situações de formação de leitores e produtores de textos.

Considerando as especificidades dos anos iniciais do Ensino Fundamental, seguem algumas sugestões para discussão.

## Proposições

- ✓ Elaborar avaliação diagnóstica formativa adequada à faixa etária, prioritariamente presencial, por meio de diferentes instrumentos que indiquem de modo mais objetivo os níveis de conhecimento das crianças em relação, sobretudo, ao domínio dos procedimentos de leitura e escrita e conhecimentos matemáticos básicos, que constituem ferramentas para aprendizagens de diferentes componentes curriculares.
- ✓ Planejar o ensino com base na avaliação diagnóstica, atendendo às necessidades de todos os estudantes que tiveram acesso às atividades remotas e aos que não tiveram, considerando a complexidade do processo de alfabetização, que requer mediação profissional intensa.
- ✓ Definir coletivamente, com participação dos profissionais das instituições e famílias, os objetivos de aprendizagem prioritários em cada componente curricular, considerando a importância da alfabetização para a progressão escolar das crianças.
- ✓ Definir a formação de leitores como prioridade, com ações voltadas para as crianças e suas famílias, considerando os impactos sobre a formação integral dos estudantes, da comunidade e para o processo de progressão escolar das crianças, sobretudo na fase inicial de escolarização.
- ✓ Conferir tratamento diferenciado para turmas em conclusão (5º ano do Ensino Fundamental) em escolas que não oferecem a continuação.
- ✓ Realizar atividades presenciais e não presenciais lúdicas, sem sobrecarga emocional das crianças e suas famílias.
- ✓ Desenvolver ensino baseado em projetos investigativos, articulando atividades presenciais e remotas, integrando conteúdos de diferentes componentes curriculares, de modo colaborativo, favorecendo o envolvimento dos estudantes em tarefas e desafios para solucionar problemas ou cumprir determinados objetivos.
- ✓ Utilizar diferentes tecnologias no trabalho com os objetivos de aprendizagens, a fim de imprimir diversidade de práticas de pesquisa que englobem levantamento de informações, registro e sistematização de conhecimentos abordados, por meio de visitas virtuais a museus, parques, palácios, audição de concertos de música, visualização de peças de teatro e documentários, considerando a adequação ao currículo, às necessidades e interesses das crianças.
- ✓ Realizar atividades de ampliação dos letramentos das famílias e das crianças, tais como uso de jogos, leitura de livros de literatura, indicação de vídeos com leitura e contação de histórias, vídeos de visitas a museus e outros espaços culturais, filmes, dentre outros materiais que motivem as crianças e favoreçam aprendizagens.
- ✓ Desenvolver ações que possibilitem o acesso dos estudantes a materiais didáticos, por meio de envio de recursos impressos na escola para uso residencial pelas crianças, empréstimos e/ou aquisição, sobretudo os que favoreçam a formação de leitores, como os livros de literatura, gibis, revistas, almanaques, e a alfabetização, como os jogos pedagógicos.
- ✓ Produzir manuais ou vídeos com dicas para as famílias de atitudes e atividades que favoreçam aprendizagens significativas para as crianças.
- ✓ Garantir ações de formação dos professores e outros profissionais, presenciais e/ou remotas, periódicas, envolvendo equipes técnicas da secretaria, professores, gestores e coordenadores pedagógicos das escolas, contemplando:
  - o uso de tecnologias, oferecendo subsídios teóricos e práticos, considerando a infraestrutura das escolas e as condições de acesso a essas tecnologias tanto pelos profissionais da educação quanto pelos estudantes, assim como as características

dos estudantes dos anos iniciais, com prioridade aos ambientes e ferramentas adequados às crianças;

- os processos de ensino e aprendizagem, incluindo planejamento coletivo e metodologias para lidar com o ensino híbrido, considerando a necessária flexibilização, adequação e adaptação dos planos de ensino e planejamentos de aulas em consonância com o Currículo de Pernambuco e heterogeneidade das turmas, com o objetivo de garantir as aprendizagens dos conteúdos curriculares, com ênfase no papel que as diferentes linguagens exercem na escolarização das crianças nos anos iniciais do Ensino Fundamental;
  - os protocolos de saúde, envolvendo profissionais de diferentes áreas, assim como as temáticas referentes a aprendizagens socioemocionais, engajamentos sociais e demais cuidados em prol da defesa da vida, com ênfase nas estratégias para tratar tais temas com o público infantil.
- ✓ Orientar os professores quanto à elaboração de projetos de trabalho interdisciplinares, que dialoguem com situações-problema da vida real das crianças, através de uma prática multidisciplinar e interdisciplinar que vise integrar conhecimentos diversos.
  - ✓ Manter o vínculo com as crianças e as famílias, de modo a apoiá-las e favorecer boas condições de interação e de aprendizagens múltiplas.
  - ✓ Criar canais de diálogo diretos com as crianças, de modo que elas possam expressar sentimentos, anseios, desejos, de modo a auxiliá-las no enfrentamento de ansiedades.
  - ✓ Criar estratégias para que as crianças participem de grupos virtuais com outras crianças da escola, monitorados por adultos, de modo que possam interagir de forma lúdica e colaborativa.

#### 4.4 Ensino Fundamental Anos Finais e Ensino Médio

O Ensino Fundamental e o Ensino Médio compõem a Educação Básica. Os Anos Finais do Ensino Fundamental atendem aos estudantes na faixa etária de 11 a 14 anos. Como aponta o Parecer CNE/CEB nº 11/2010, nessa fase do desenvolvimento esses estudantes estão mais propícios ao fortalecimento de laços afetivos, a uma maior capacidade intelectual e conseguem criar opiniões a partir do ponto de vista de outro. Embora os estudantes nessa faixa etária possuam um nível cognitivo e de abstração mais elevado, paralelamente enfrentam desafios relacionados a significativas mudanças físicas, biológicas, sociais e emocionais.

Os Anos Finais do Ensino Fundamental, por sua vez, têm a sua arquitetura fundamentada em mudanças configuradas pela divisão do conhecimento por componente curricular, pela ampliação do número de professores que circulam na sala de aula, pela introdução de novos componentes curriculares como língua estrangeira que levam a uma ruptura na transição entre o 5º e o 6º ano.

Nessa etapa os estudantes, de forma abrupta, distanciam-se de um trabalho mais lúdico e de uma relação mais próxima e menos diversa com os professores para vivenciar uma relação com mais distanciamento, tanto na sala de aula como no contato do professor com a família, o qual, muitas vezes, resume-se aos encontros família/escola e encontros de pais e mestres. A reflexão sobre uma possível fragilização pedagógica causada por esse conjunto de fatores exige um direcionamento pedagógico que considere os impactos dessas variáveis sobre o processo de ensino e aprendizagem.

No Ensino Médio as ações que o envolvem suscitam a reflexão sobre as suas finalidades dispostas no texto legal (LDB art. 35), que afirma o seu caráter propedêutico ao sinalizar para sua função

de aprofundamento dos conhecimentos adquiridos no Ensino Fundamental e de possibilidade de prosseguimento de estudos. O Ensino Médio se propõe, ainda, como tempo-espço de preparação para o trabalho e cidadania incluindo a formação ética e o desenvolvimento para autonomia intelectual, de formas que o estudante ao finalizar essa etapa de ensino esteja apto ao aprendizado contínuo, à compreensão dos fundamentos científico-tecnológicos dos processos produtivos. A organização curricular do Ensino Médio busca a síntese proposta pela LDB entre o conhecimento geral e o específico em articulação com o mundo do trabalho, como práxis humana capaz de produzir as condições de subsistência. Essa organização curricular requer reflexão sobre formas de selecionar, organizar e tratar metodologicamente os conteúdos em qualquer circunstância em que essa etapa de ensino seja ofertada. No entanto, no contexto de retorno às aulas circunstanciado por uma pandemia, a prática pedagógica, tanto para o os Anos Finais do Ensino Fundamental quanto para o Ensino Médio, requer a adoção de metodologias ativas e de ensino híbrido como espaço propositivo de situações didáticas e de percursos metodológicos passíveis de implementar os processos qualitativos de ensino e aprendizagem.

Com base nas finalidades expressas na LDB (1996), o Ensino Médio tem o compromisso de educar o jovem para “participar política e produtivamente do mundo das relações sociais concretas com comportamento ético e compromisso político, através do desenvolvimento da autonomia intelectual e moral” (KUENZER, 2001 p. 40). Ao compor o lugar da Meta 3 do Plano Nacional de Educação (PNE, 2014) o Ensino Médio revela a importância do seu papel na Educação Básica e suscita reflexões como as de Dourado (2017) sobre a importância de observar “questões curriculares específicas, condições infraestruturais objetivas, profissionalização docente [...] bem como as proposições [...] apresentadas na meta sobre o ensino fundamental” (p. 93).

Devido ao prolongamento de suspensão das aulas presenciais, das restrições que ainda teremos à presença da totalidade de estudantes no retorno às atividades presenciais e considerando o parecer emitido pelo Conselho Nacional de Educação/Conselho Pleno (CNE/CP) nº 5/2020, que orienta sobre o reordenamento de planejamento anual diante da necessidade da realização qualificada do processo de ensino-aprendizagem nas escolas, é que nesse documento adotamos como norteador da proposta curricular o Reorganizador Curricular do Estado de Pernambuco. Este documento contribuirá para orientar o professor a reorganizar o planejamento de aulas nesse momento atípico que vivenciamos, na esteira de novos desafios propostos pelo contexto da pandemia ocasionada pelo COVID-19, porém sem perder de vista o compromisso com a qualidade da educação ofertada, que situam-se as proposições a seguir:

### Proposições

- ✓ Propor aulas virtuais para o Ensino Fundamental Anos Finais e Ensino Médio, via transmissão radiofônica locais, para atender estudantes, em especial, os das áreas rurais.
- ✓ Considerar como prioritárias em todos campos curriculares, em 2020, as habilidades que são específicas para cada ano e para os anos seguintes.
- ✓ Compartilhar leituras, sejam literárias ou não, em rodas de conversas, tertúlias dialógicas, saraus em meios digitais, slams, leituras dramáticas etc., considerando as situações cotidianas.
- ✓ Desenvolver atividades reflexivas abordando temas como empatia, cooperação, solidariedade, responsabilidade consigo e com o outro, para instigar no estudante o cuidado com sua própria vida e a vida do outro, valorizando as diversidades, pontos de vista, o conhecimento sobre seus próprios limites, sua capacidade de fazer e sua importância no mundo.

- ✓ Trabalhar em interação com outros professores, seja na articulação por componentes curriculares comuns ou por áreas de conhecimento afins, na perspectiva da interdisciplinaridade como percurso didático capaz de levar o estudante a construir conhecimento com qualidade e com esforços divididos tanto entre professores como entre estudantes.
- ✓ Reorganizar o horário semanal, em que cada dia seja dedicado a uma área de conhecimento ou a áreas afins, além de reorganizar os horários de entrada e saída das turmas.
- ✓ Indicar vídeos, sites, reportagens que contemplem a cultura dos jovens.
- ✓ Resolver, preferencialmente, questões mais complexas em aulas presenciais.
- ✓ Promover um “tira dúvidas” através de *live* ou salas de aulas virtuais em que os estudantes possam perguntar e interagir com o professor e os colegas, garantindo o direito à aprendizagem.
- ✓ Dar devolutivas aos estudantes sobre atividades realizadas, acompanhadas por recados carinhosos, estimuladores da participação e da elevação da autoestima.
- ✓ Criar trabalho de monitoria formando grupos de estudantes orientados por um estudante da turma com mais habilidade com os componentes curriculares, para que possa ajudar os colegas nas dúvidas recorrentes.
- ✓ Criar situações didáticas em que o professor oportunize aos estudantes selecionar as questões mais complexas ou conteúdos mais recorrentes no ENEM para serem trabalhados ou mesmo revisados em aulas presenciais.
- ✓ Produzir junto aos estudantes materiais didáticos (apostilas, relação de questões mais recorrentes nas avaliações externas, vídeos, podcast, etc.), com foco nos objetivos de aprendizagens.
- ✓ Propor atividades em plataformas digitais, quando possível, trabalhando com o multiletramento e a multimodalidade, desenvolvendo a cultura digital em diferentes ambientes de aprendizagens.
- ✓ Buscar apoio de programas, sobretudo os oferecidos gratuitamente às redes de ensino, que oportunizem a formação continuada do professor, bem como o desenvolvimento de atividades pedagógicas, tais como: o trabalho com ensino de gêneros discursivos; produção de documentários; passeios virtuais a museus e centros culturais; o trabalho com sequências didáticas, entre outros, explicando aos estudantes quanto à metodologia a ser empregada no processo avaliativo, que deverá ser processual e não pontual.
- ✓ Estabelecer critérios avaliativos que considerem o compromisso com a realização e entrega das atividades, prevendo-se sempre a possibilidade de visitar os conteúdos de ensino, para favorecer a aprendizagem pelo estudante.
- ✓ Elaborar instrumento avaliativo passível de mensuração em mais de uma área do conhecimento.
- ✓ Produzir portfólios e webfólios junto com os estudantes, como ferramenta avaliativa tanto para observar o desempenho e a participação do educando, como para propiciar autoavaliação do estudante e do professor.
- ✓ Acompanhar a participação dos estudantes nas atividades, observando desempenho, construção de conhecimento, interação, para possível reensino, construção de pareceres da turma e do estudante individualmente, servindo como proposta avaliativa.
- ✓ Propor trabalhos com gêneros textuais que façam parte da cultura juvenil, explorando temas do cotidiano jovem, possibilitando que o estudante expresse numa linguagem própria e de forma espontânea suas inquietações, desejos, angústias, dores, etc.
- ✓ Produzir pareceres finais por componentes e turmas, destacando habilidades vivenciadas e não vivenciadas, desempenho dos estudantes, descrição da situação atípica vivenciada nesse ano, práticas utilizadas, dificuldades encontradas.

#### 4.5 Educação de Jovens e Adultos

De acordo com os artigos 37 e 38 da Lei Federal nº 9.394/96 (Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional - LDB), a Educação de Jovens e Adultos (EJA) é uma modalidade de ensino destinada a pessoas que tiveram o seu processo de formação escolar interrompido ou nunca iniciado. Dessa forma, fica assegurado o direito à educação aos estudantes da EJA que são, historicamente, vítimas da vulnerabilidade social.

A EJA objetiva, além da formação escolar, da inclusão e da reparação da identidade sociocultural, garantir a igualdade de direitos que asseguram a melhoria da qualidade de vida, de forma a viabilizar a educação como bem social.

Nesse contexto de pandemia que estamos enfrentando, as consequências econômicas, sociais, sanitárias, e o afastamento do convívio social, especialmente da escola, potencializam os desafios encontrados por esses estudantes.

Diante de uma necessária reorganização das redes de ensino para a volta às aulas, consideramos imprescindível atentarmos para alguns aspectos específicos da modalidade, os quais pontuamos a seguir:

- é necessário considerar a possibilidade do aumento do índice de evasão e, dessa forma, pensar prioritariamente em estratégias de busca ativa desses estudantes;
- é dever da escola ofertar um ensino de qualidade para todos(as), inclusive para a modalidade da Educação de Jovens e Adultos, considerando as perspectivas da reparação, da equidade, da inclusão e da formação ao longo da vida;
- garantir aos estudantes da EJA um ensino para além dos conceitos formais, sendo importante a articulação com a realidade local e suas especificidades;
- a Educação de Jovens e Adultos é uma modalidade de ensino que tem especificidades significativas, e que, portanto, devem ser contempladas nos documentos normativos que poderão ser construídos no âmbito dos municípios, de forma a garantir legalmente/institucionalmente o atendimento às necessidades da modalidade;
- uma vez na escola, será importante acolher socioemocionalmente esse estudante, para assim fomentar um ambiente que comunique segurança, tanto do ponto de vista sanitário quanto do ponto de vista pedagógico.

#### Proposições

- ✓ Definir os objetos de aprendizagem, as habilidades ou conteúdos prioritários para a fase, o módulo ou eixo temático que o estudante da EJA se encontra, de forma que todas as unidades temáticas e/ou campos de atuação sejam contemplados.
- ✓ Priorizar as habilidades ou conteúdos contemplados unicamente na fase, módulo ou eixo temático que o estudante se encontra.
- ✓ Considerar quais habilidades ou conteúdos podem ser vivenciados na fase, módulo ou eixo temático seguinte, sem prejuízo à aprendizagem do estudante.
- ✓ Priorizar habilidades ou conteúdos que possam ser relacionados às vivências do estudante da EJA.
- ✓ Realizar uma avaliação diagnóstica, com o objetivo de identificar os níveis de leitura, escrita e o letramento matemático, levando em consideração que esse instrumento servirá de base para o planejamento das ações pedagógicas do professor.

- ✓ Considerar a possibilidade de ampliar os processos avaliativos utilizados pela rede municipal de ensino na modalidade da EJA, de forma a garantir o processo equitativo e justo, no acompanhamento do desenvolvimento das competências e habilidades dos estudantes. Dessa forma, sugerimos que a avaliação por parecer pode atender a esses critérios citados acima.
- ✓ Pensar estratégias que amenizem os impactos causados pelo afastamento dos estudantes do ambiente escolar durante o período de isolamento/distanciamento social.
- ✓ Viabilizar instrumentos para a realização de atividades remotas e de avaliação, que atendam a um possível sistema de ensino híbrido dos estudantes da EJA, em especial os idosos, bem como os que se enquadram no grupo de risco, e não poderão voltar de imediato às aulas presenciais.
- ✓ Criar meios de acompanhamento e registro das atividades remotas desenvolvidas pela escola, de forma a considerar as especificidades do estudante da EJA.
- ✓ Propor a periodicidade da realização de formações continuadas, de maneira remota, com os professores da EJA, com o objetivo de criar um espaço de debate, além de subsidiar o trabalho pedagógico do professor.
- ✓ Instrumentalizar, teórica e metodologicamente, o professor acerca do planejamento, da escolha de atividades que contemplem a readequação curricular e os processos avaliativos, considerando as especificidades dos estudantes da EJA, diante da excepcionalidade do momento.
- ✓ Pensar em medidas que possam ajudar os estudantes da EJA a encontrar soluções para os desafios que podem ter surgido ao longo do afastamento social.

#### 4.6 Educação do Campo e Educação Escolar Quilombola

A pandemia da COVID-19 colocou o Brasil e o mundo no enfrentamento de grave crise sanitária e econômica. Nesse contexto tão problemático, a defesa da vida humana exigiu uma postura de responsabilidade coletiva que passou, entre outras medidas, pelo estabelecimento do distanciamento social, o que incluiu a paralisação das aulas.

Mesmo diante de todos os desafios da pandemia, chega o momento de projetar um recomeço e ponderar sobre a volta aos estudos presenciais, reconhecendo os intercâmbios promovidos pela escola como componentes essenciais dos processos educativos. Para o retorno seguro, cada município irá pensar as especificidades dos níveis e etapas de ensino, incluindo a realidade das escolas do campo e quilombolas que recebem estudantes e professores de diversos povos do campo, das águas e das florestas.

Diante disso, é fundamental, além do cumprimento rigoroso dos protocolos sanitários estabelecidos pelos órgãos da área de saúde, a observação dos princípios e diretrizes definidos nos marcos normativos da educação do campo e educação escolar quilombola, estabelecendo interfaces com as ações políticas já existentes para esses povos e reconhecendo seus pontos de intersecção, sem perder de vista suas respectivas especificidades.

O *Dicionário da Educação do Campo* define a educação do campo como “um fenômeno da realidade brasileira atual, protagonizado pelos trabalhadores do campo e suas organizações, que visa incidir sobre a prática de educação desde os interesses sociais das comunidades camponesas” (CALDART, 2012, p.257), o que significa afirmar que as etapas de escolarização, pensadas a partir desta perspectiva, estão articuladas a um projeto político-pedagógico que valoriza a diversidade cultural e processos de transformação do campo, em conformidade com as particularidades e demandas dos povos camponeses.

Entre os marcos legais que orientam a educação do campo, a Resolução CNE nº 1/2002, que institui as Diretrizes Operacionais para a Educação Básica nas Escolas do Campo e o Decreto nº 7.352/2010, que dispõe sobre a Política de Educação do Campo (BRASIL, 2012b) são referências no âmbito da legislação nacional. Dentro das normatizações em Pernambuco, a Resolução CEE/PE nº 02/2009 é marco legal basilar para organização da educação do campo nos municípios do nosso estado.

A Educação Escolar Quilombola orienta a organização do ensino fundamentada na concepção de territorialidade, na memória coletiva, nas práticas tradicionais e nos diversos elementos que conformam o patrimônio cultural das comunidades quilombolas de todo o país (BRASIL, 2012a).

No âmbito dos marcos normativos que orientam a educação escolar quilombola, é essencial a consulta atenta ao Parecer CNE/CEB nº 16/2012 e à Resolução CNE nº 8/2012, que dispõem sobre as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Escolar Quilombola na Educação Básica, tendo em vista que, em Pernambuco, o documento-minuta das Diretrizes Estaduais para a Educação Escolar Quilombola ainda encontra-se em análise, aguardando deliberação final do Conselho Estadual de Educação.

A retomada das atividades presenciais nas escolas do campo e quilombolas exigirá das redes municipais de ensino intensa articulação intersetorial a partir de um plano de ações abrangente em diversas frentes, que reconheça a realidade de infraestrutura das escolas e as condições socioeconômicas de que a população dispõe para que a educação seja ofertada com segurança sanitária e qualidade socialmente referenciada.

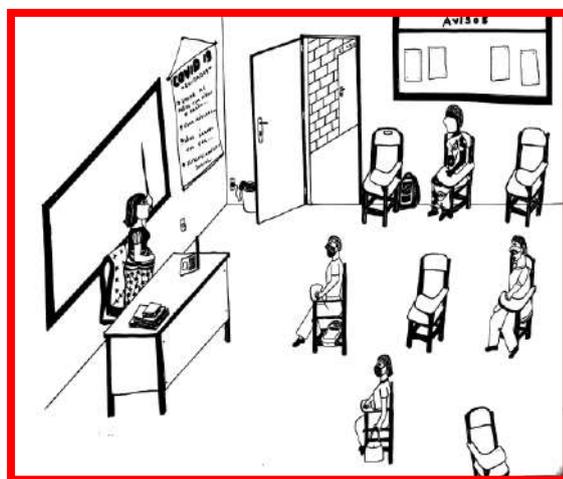
Para colaborar nesse processo, apresentamos algumas orientações pedagógicas relacionadas à educação do campo e educação escolar quilombola que, de maneira pertinente, devem se somar às orientações já elencadas nas seções deste documento que tratam das outras modalidades e dos níveis e etapas de ensino da educação básica.

## Proposições

- ✓ Direcionar, supervisionar e contribuir com a reorganização do currículo e dos projetos políticos pedagógicos das escolas do campo e quilombolas, enfatizando os processos que reiteram o papel da escola na construção de competências socioemocionais e de valorização das especificidades históricas, culturais e identitárias das comunidades.
- ✓ Orientar a definição das aprendizagens prioritárias de cada ciclo/ano escolar, garantindo o estabelecimento de objetivos de ensino e eixos de trabalho pedagógico que preservem o protagonismo dos estudantes e as finalidades da educação do campo e quilombolas previstas para cada nível, etapa e modalidade da educação básica.
- ✓ Fomentar as ações de organização coletiva que enfatizam os princípios da Educação Ambiental Crítica e da Agroecologia e suas práticas.
- ✓ Aprofundar os estudos e a discussão coletiva referentes à Pedagogia da Alternância, buscando compreender seus limites e suas possibilidades a partir da realidade de cada território.
- ✓ Estabelecer a pesquisa como princípio pedagógico, fomentando a produção de inventários da realidade pautados na investigação sobre a diversidade do campo e quilombolas e articulando os processos de ensino-aprendizagem aos projetos comunitários, definidos a partir das demandas coletivas.
- ✓ Direcionar a elaboração e vivência de sequências didáticas e/ou projetos de intervenção interdisciplinares que, partindo do contexto global, explorem a realidade local, enfatizando as tradições e o patrimônio cultural dos povos do campo e quilombolas.

- 
- ✓ Redefinir tempos e espaços educativos nas escolas do campo e quilombolas, considerando seu projeto político-pedagógico e os espaços sociais e naturais presentes em cada comunidade.
  - ✓ Realizar diagnóstico específico junto às escolas do campo e quilombolas sobre as condições de acesso dos professores e estudantes às ferramentas e instrumentos tecnológicos, buscando definir estratégias de comunicação à distância e elencar quais recursos (didáticos, pedagógicos, tecnológicos, culturais e literários), que atendem às especificidades das comunidades, estão disponíveis para o desenvolvimento de metodologias concernentes ao ensino híbrido.
  - ✓ Planejar programas de recuperação da aprendizagem nas escolas do campo e quilombolas, pautados por material específico e em estratégias pedagógicas diferenciadas, como o trabalho com agrupamentos produtivos e com atividades diversificadas.
  - ✓ Definir uma sistemática de monitoramento das atividades de recuperação da aprendizagem, visando o acompanhamento contínuo do processo de ensino-aprendizagem realizado nas escolas do campo e quilombolas.
  - ✓ Estabelecer canais de comunicação frequentes com os estudantes e familiares, buscando manter diálogo permanente sobre os processos de ensino-aprendizagem e estabelecer parceria nas atividades de busca ativa aos alunos faltosos e/ou evadidos.
  - ✓ Organizar processo de formação continuada de professores, mediado pelas coordenações pedagógicas das escolas do campo e quilombolas e realizado através de estudos coletivos periódicos e/ou a partir de cursos de aperfeiçoamento com carga horária e certificação pré-definidas.
  - ✓ Considerar as especificidades das escolas do campo e quilombolas nesse momento de pandemia ao definir os conteúdos e a metodologia da formação continuada de professores.
  - ✓ Realizar contato com a Gerência de Políticas Educacionais da Educação do Campo, da Secretaria Estadual de Educação de Pernambuco, buscando agendamento de visita técnica para discussão de processo formativo específico para os docentes das escolas do campo e quilombolas.
  - ✓ Estabelecer diálogo com o Comitê Pernambucano de Educação do Campo e Coordenação Estadual de Articulação das Comunidades Quilombolas de Pernambuco com o objetivo de socializar experiências e fortalecer a rede de articulação em torno do debate sobre os aspectos político-pedagógicos pertinentes às escolas do campo e quilombolas.

## 5. CONSIDERAÇÕES APRESENTADAS PELAS ENTIDADES



### 5.1 União Nacional dos Conselhos Municipais de Educação – PE

#### Posicionamento da UNCME – PE frente às medidas necessárias tomadas pelos conselhos municipais de educação e comitês de enfrentamento ao COVID-19

Não há outro caminho para encontrar alternativas e soluções senão a promoção de um debate permanente e participativo com toda a sociedade, gestores, dirigentes, famílias, estudantes. Os Conselhos Municipais de Educação devem contribuir para que este diálogo seja estabelecido de maneira que todos possam participar das tomadas de decisões a partir do princípio da universalização do direito à educação e da inclusão social, num contexto em que as famílias, os estudantes e os profissionais da educação estão imersos em situações muito adversas em seu dia a dia. (GUIA UNCME CONSELHOS 2020)

De acordo com o parágrafo único do mesmo artigo 11 da LDBEN, os municípios têm a prerrogativa de constituir seus próprios sistemas de ensino ou permanecerem integrados aos sistemas estaduais. Os conselhos são órgãos de Estado quando falam ao Governo em nome da sociedade para apontar as suas intencionalidades; quando formulam políticas educacionais para além da transitoriedade dos governos e de suas vontades e preferências singulares. Funcionando, assim, como mediadores e articuladores da relação entre a sociedade e os gestores da Educação municipal.

Dependendo da forma como forem criados e organizados em cada sistema municipal de ensino, os conselhos podem ter funções mobilizadoras, consultivas, propositivas, deliberativas, normativas e fiscalizadoras, cuja competência é organizar a oferta da educação básica no âmbito dos municípios e definir suas condições de funcionamento.

Cabe lembrar que o papel dos conselhos, as funções e atribuições estão previstas na lei de criação e se complementam no regimento interno de cada conselho municipal, subsidiando todo o trabalho dos conselheiros.

Tendo como base o conteúdo no site do “Todos pela educação”, descreve-se as 5 (cinco) das principais funções de um conselho municipal de educação, a saber:

- Normatizar: elaborar as regras que adaptam para o município as determinações das leis federais e/ou estaduais e que as complementem, quando necessário;
- Deliberar: autorizar ou não o funcionamento das escolas públicas municipais e da rede privada de ensino. Legalizar cursos e deliberar sobre o currículo da rede municipal de ensino;
- Assessorar: responder aos questionamentos e dúvidas do poder público e da sociedade. As respostas do órgão são consolidadas por meio de pareceres;

- Fiscalizar: acompanhar a execução das políticas públicas e monitorar os resultados educacionais do sistema municipal.

Ressaltamos que no exercício da Função Consultiva cabe ao Conselho Municipal de Educação responder as consultas que lhe forem submetidas, tanto pelo poder público (secretarias ou órgãos gestores da educação municipal) quanto por entidades da sociedade civil e cidadãos em geral, acerca de aspectos da legislação educacional e sua aplicação no âmbito municipal.

A Função Propositiva é exercida quando o conselho emite opiniões e sugestões na discussão do planejamento educacional e formulação de políticas educacionais municipais. Nos casos em que o município constitui seu próprio sistema de ensino, o Conselho Municipal de Educação assume a Função Normativa, com competência para interpretar a legislação educacional e elaborar normas complementares no âmbito do município, no que se refere, por exemplo, à definição de diretrizes para elaboração de regimentos escolares, de regulamentações de atividades remotas, calendário escolar, autorização para funcionamento de estabelecimentos de educação infantil do sistema de ensino, entre outras, respeitada a legislação vigente. Os atos normativos (pareceres e resoluções) se dão no sentido de uma execução no perímetro da lei, interpretando a lei diante de casos concretos e arbitram um encaminhamento possível diante de várias possibilidades, sem poder extrapolá-la.

No “Guia UNCME Conselhos 2020 para Conselheiros Municipais de Educação: Educação em tempos de pandemia. Direitos, normatização e controle social” temos perguntas que devem orientar as decisões e os encaminhamentos nos sistemas de ensino, considerando a garantia do direito à educação:

- ✓ Quais as referências legais para a garantia do direito à educação de qualidade social?
- ✓ Quais as referências legais nesse momento de excepcionalidade e quais os seus condicionantes?
- ✓ Como proteger e apoiar os(as) professores(as)?
- ✓ Quais as singularidades, especificidades, entre espaço-casa e espaço-escola?
- ✓ Quais as responsabilidades da família no processo educacional dos(as) filhos(as) durante e pós-pandemia?
- ✓ Como garantir a alimentação saudável e segura das crianças e adolescentes enquanto as escolas estão fechadas e a merenda escolar, portanto, não está sendo oferecida?
- ✓ Como manter o contato dos(as) professores(as) e gestores da educação com as famílias?
- ✓ Como garantir a presença das crianças nas atividades não presenciais?
- ✓ Como mitigar os riscos de aumento dos casos de trabalho infantil diante da suspensão das aulas presenciais e do enorme impacto econômico da pandemia sobretudo nas famílias mais vulneráveis?
- ✓ Quais as aprendizagens essenciais que precisamos garantir nesse momento de pandemia?
- ✓ Quais os desafios da aprendizagem e do desenvolvimento nesse momento?
- ✓ Que mediações pedagógicas são possíveis e necessárias?
- ✓ Qual a importância e o papel do(a) professor(a) durante a pandemia e pós-pandemia?
- ✓ Qual a importância do projeto pedagógico na definição/ organização das alternativas a serem pensadas neste momento de excepcionalidade?
- ✓ Finalmente, qual a concepção de educação que defendemos e queremos ver materializada, levando em conta o contexto da crise?
- ✓ O que já há de identificado e sugerido como formas alternativas de aprendizagem para a Educação Infantil?

- ✓ Como avaliar a aprendizagem e que alternativas estão disponíveis numa perspectiva mais qualitativa e menos quantitativa?
- ✓ Como oferecer boa informação e orientações sobre a saúde mental das crianças e adolescentes afastados da vida social na escola, dos colegas e amigos, de sua rotina?
- ✓ Como não deixar para trás as crianças com deficiência e suas demandas específicas de aprendizagem?
- ✓ Quais as especificidades para o atendimento às crianças em processo de alfabetização em 2020?
- ✓ Como mitigar os riscos da evasão e garantir a matrícula de fluxo contínuo?

Tomando-se por base os questionamentos supracitados e oriundos do GUIA UNCME CONSELHOS 2020, a UNCME-PE se posiciona e também faz alguns questionamentos acerca da vinda ao “novo normal”. Sim, porque não é retorno, apenas a volta às Unidades Educacionais do Poder Público e às Unidades Educacionais da Educação Infantil da Rede Privada, principalmente se o município for “Sistema”. As desigualdades sociais e a diversidade das realidades de cada município põem em discussão o papel e atribuições dos conselhos de educação. Estamos diante de uma situação nova e peculiar à educação, mas não somos as únicas instituições responsáveis pela viabilização de estratégias que chamamos de “força tarefa” em tempos de pandemia. A partir da situação em que nos encontramos frente a este fenômeno, a política mais aceitável é, mais uma vez, o Regime de Colaboração e a prática das políticas intersetoriais nos municípios.

Diante do exposto, elencamos considerações relevantes ao contexto da pandemia frente ao trabalho articulado entre os Conselhos de Educação e demais comissões instituídas nos municípios pernambucanos:

- ✓ A escola é um espaço de aglomeração sistemática em dias letivos com uma população de trabalhadores em educação e estudantes que não se revezam. Cada espaço dela é ocupado com a dinâmica de funcionamento do cotidiano escolar. Tais espaços estão em consonância com os protocolos exigidos?
- ✓ Os protocolos, para serem atendidos, necessitam que um Comitê de Enfrentamento ao COVID-19 seja instituído em cada município juntamente com o Fórum Municipal Permanente de Educação para o diálogo e escuta dos envolvidos no contexto educacional e demais entidades numa política de intersetorialidade.
- ✓ A não existência de uma vacina põe em risco vidas humanas. A UNCME-PE acha precipitação o retorno aos ambientes escolares no mês de agosto de 2020 ou enquanto a curva de óbitos e infectados estejam crescentes.
- ✓ Mesmo com a curva de óbito decrescente, alguns países reabriram escolas e tiveram que fechar novamente. Deve-se ter muito cuidado com isso; perder crianças e adultos não é premissa para um bem permanente que é a educação. Anos letivos podem deixar de existir, nossas vidas, não.
- ✓ Os grupos de riscos estão do lado de quem CUIDA e de quem EDUCA. Nossas redes de ensino conhecem suas realidades de atendimento a uma demanda urbana e do campo. As especificidades de cada município também são consideradas para as tomadas de decisões.
- ✓ Se faz necessário a testagem de todos(as) profissionais da educação e estudantes;
- ✓ É necessário que os conselhos de educação, através da representação, façam parte dos comitês e comissões de enfrentamento ao vírus. E se não foram instituídos, é bom cobrar aos órgãos executivos do município.
- ✓ Deve-se realizar o exame detalhado dos protocolos, de normativas do CNE/MEC, CEE-PE, SEE-PE, decretos federais e estaduais, documentos oficiais, matérias da Secretaria Municipal de Educação e demais afins dentro dos conselhos de educação.

- ✓ Mediante ferramentas tecnológicas e meios que respeitem os protocolos, as reuniões dos conselhos devem acontecer, sempre que houver necessidade, principalmente nas mudanças de legislação, para que sejam estudadas, analisadas e discutidas, resultando em deliberações merecedoras ou não de um Parecer.
- ✓ O CME, quanto ao percentual de carga horária das aulas remotas para cômputo de horas letivas, deve considerar sua situação. Se é sistema, as câmaras temáticas e o pleno decidirão sobre a validação destas, a partir do início das respectivas aulas. Se não é sistema, deve-se enviar ofício para o CEE-PE solicitando validação de carga horária.
- ✓ Aos municípios que até então não ofereceram aulas remotas, nem qualquer outra atividade de articulação entre família e escola, o CME deve enviar ofício para conhecimento das futuras ações no período de pandemia.
- ✓ A verba do PDDE tem uma finalidade específica, mas durante a pandemia, quais são as orientações do FNDE para justificar as novas rubricas?
- ✓ A Educação Infantil, primeira etapa da Educação básica, tem singularidades e especificidades. A espontaneidade das crianças em dias “normais” já atestam que não conseguíamos um controle de locomoção, imaginemos agora, em cumprimento ao protocolo sanitário. Ela quer interagir, brincar, tocar, mover-se, como poderíamos controlar atos inerentes ao público infantil?
- ✓ As deficiências, os transtornos globais do desenvolvimento, a Educação de Jovens e Adultos, a Educação do Campo e Quilombola, são preocupações constantes neste processo que estamos vivendo. Os departamentos da SME devem criar estratégias de atendimento ao público e docentes envolvidos.
- ✓ Os anos iniciais do ensino Fundamental já nos trazem regularmente a preocupação com o processo de alfabetização. As famílias não têm o papel de alfabetizar. Os especialistas e técnicos do Ensino na Secretaria Municipal de Educação devem dialogar com os professores para as medidas pedagógicas cabíveis acontecerem de forma suave, sem as rigorosidades científicas, avaliativa, tecnicista e tradicional.
- ✓ Medidas governamentais serão necessárias também para que os rumos e avanços da política educacional não tenham mais retrocessos. Para isso, precisamos de:
  - a) revogação da PEC 95;
  - b) aprovação da PEC nº15 / 2015 da professora Dorinha;
  - c) um FUNDEB permanente com um CAQUI conforme pleito do PNE;
  - d) metas e estratégias atendidas dos planos municipais;

Entendemos que o foco do olhar dos conselheiros será sempre a qualidade da educação, o estudante e o interesse coletivo.

## 5.2 Fórum Estadual de Educação de Pernambuco – FEE-PE

### Contribuição do Fórum Estadual de Educação de Pernambuco à União dos Dirigentes Municipais de Educação de Pernambuco – UNDIME-PE

O Fórum Estadual de Educação de Pernambuco (FEE-PE) tem contribuído com o Grupo de Trabalho Institucional da União dos Dirigentes Municipais de Educação de Pernambuco no sentido de encontrar estratégias, no contexto educacional, de combate à COVID-19 que ceifa vidas e provoca angústias e aflições em todo o planeta.

Entidades e instituições que integram o FEE-PE têm apresentado ao GT seus respectivos posicionamentos com relação às questões educacionais e, particularmente, a respeito dos protocolos para retorno às atividades escolares na denominada pós-pandemia.

O ponto em comum entre essas entidades e instituições é a defesa intransigente da Vida e a garantia do Direito à Educação nos termos da Constituição Federal de 1988 e da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional.

Nessa perspectiva, o FEE-PE subscreve o MANIFESTO DOS EDUCADORES E EDUCADORAS, ESTUDANTES, BRASILEIROS E BRASILEIRAS: Em defesa da democracia, da vida, dos direitos sociais e da educação elaborado de forma colegiada pelas 40 (quarenta) entidades nacionais que integram o Fórum Nacional Popular de Educação (FNPE) e transcreve, a seguir, uma parte deste Manifesto como uma contribuição específica a esse GT Institucional.

-----  
[...] avaliamos que a construção de alternativas para assegurar, antes de tudo, o direito à educação de qualidade para todas e todos (e não uma formal, aligeirada e improvisada reposição de dias e horas letivos), deve se dar em espaços públicos e transparentes de negociação, com a participação direta dos sindicatos e entidades representativas e deve ser alicerçada na cooperação federativa, tão necessária [...].

A educação, como direito fundamental, universal, inalienável, bem público e direito social, política de Estado, deve ser compreendida como instrumento de formação ampla, de luta pelos direitos da cidadania e da emancipação social. A educação deve emprestar, assim, contribuição inestimável na preparação das pessoas e da sociedade para a construção, coletiva, de um projeto de inclusão e de qualidade social para o país [...].

No campo da docência, em um país que teima em não cumprir um piso salarial nacional para os professores e professoras, o processo de intensificação e precarização das condições de trabalho dos profissionais da educação é acentuado, dando espaço, inclusive à chamada “uberização”, processo em que professores são organizados para trabalharem por demanda de escolas públicas e privadas. Professores e professoras, submetidos a altas rotinas de trabalho e baixas condições laborais, são tratados, ainda, como se fossem inimigos internos a merecer desconfiança, sendo a formação destes profissionais flexibilizada e reduzida ao munciação prático, a partir de visão tecnicista centrada na ênfase de competências e habilidades.

Temos que considerar, ainda, o prolongado contexto de propagação da COVID-19 pelo país e a crise humanitária e sanitária que vem ceifando milhares de vidas no Brasil e no mundo e que, para nosso repúdio, é utilizado para promover plataformas e recursos tecnológicos privados e precarizar ainda mais o trabalho docente e as condições de formação dos estudantes.

Não é aceitável que, em um contexto de aguda crise sanitária, permitamos a consolidação de monopólios de oferta de plataformas, tecnologias e conteúdos que terão uma consequência aguda



sobre a educação, fragilizando, ainda mais, os princípios do pluralismo de ideias e de concepções pedagógicas e a própria liberdade de aprender, ensinar, pesquisar e divulgar o pensamento e o saber. Precisamos objetar, como vigor, as tentativas de substituição da escola presencial e a centralidade do professor por arremedos de aulas remotas ou mesmo a EAD, que deve ser, sempre, devidamente regulada e controlada pelo poder público.

Um outro caminho que precisa ser fortemente considerado por nossas instituições é a construção de Plataforma Pública que pode ser viabilizada por consórcio de Universidades e Instituições de educação básica Públicas, entidades acadêmicas, sindicais e estudantis, mobilizada para apoiar os projetos pedagógicos e formativos, a ação docente e as práticas pedagógicas mediadas por tecnologias educacionais, públicas, de acesso livre, gratuitas.

Essa Plataforma Pública, a partir da expansão da Rede Nacional de Pesquisa (RNP), utilizando banda larga, como direito público e gratuito (Marco Civil da Internet 14 - Lei nº 12965 de 23 de abril de 2014) deve ser viabilizada por políticas públicas consistentes, integradoras e intersetoriais entre Comunicação, Ciência, Educação e Tecnologia, e pela destinação de recursos públicos, como por exemplo do Fundo de Universalização dos Serviços de Telecomunicações (FUST - Lei nº9.998 de 17 de agosto de 2000), de destinação específica. Estas políticas, articuladas ao fortalecimento do pacto federativo, devem propiciar as condições e o investimento massivo para o desenvolvimento de ambientes de natureza educativa interativa. Aliado a garantia dos processos pedagógicos e formativos na perspectiva conceitual de potencialização de comunidades de Aprendizagem em rede multimídia devem ser garantindo a formação dos profissionais da educação, políticas de acesso, acompanhamento e avaliação compatíveis.

É preciso estarmos atentos, portanto, às movimentações de empresários da educação e, assim, assumir posição contrária à privatização e desqualificação da educação pública, ratificando que as atividades formativas a serem efetivadas na pandemia, e depois dela, devem envolver a participação direta e permanente das comunidades e dos profissionais da educação, das instituições educativas de educação básica e superior em consonância com os projetos pedagógicos institucionais e a garantia de padrão de qualidade articulada a formação humana, a promoção da justiça social e cidadania para toda a sociedade brasileira.

Importante demarcar, ainda, que devem ser adotadas políticas de Estado (o que implica garantia de condições objetivas e reforço ao financiamento) que venham a resguardar os direitos à vida e à educação e, por conseguinte, promover e resguardar processos formativos de qualidade na educação básica e na educação superior. Tais políticas de Estado, construídas democraticamente, com diálogo social, com a sociedade e em articulação com os sistemas e órgãos normativos, instituições educativas de educação básica e superior, devem ser harmônicas às necessárias medidas para reorganização do calendário educacional pelo país em decorrência da situação de emergência em saúde pública (incluindo financiamento estável). O eixo deste esforço de coordenação e cooperação deve ser a segurança de estudantes e profissionais da educação, em todo o território nacional, sempre orientadas para a garantia da vida e da manutenção de vínculos educativos, sempre pautados pelo necessário diálogo social.

No contexto da pandemia e suas consequências sobre as mais diversas dimensões da vida social, a necessária reorganização das aulas, ao nosso entender, não deve ser confundida com a simples construção de alternativas, autoritárias, burocráticas e descontextualizadas, para substituição ou reposição de aulas ou subsumir-se ao calendário escolar. Tampouco deve servir para promover desregulamentação da modalidade a distância, tornada simples transposição de conteúdos e materiais didáticos para um ambiente virtual de aprendizagem, sem nenhum cuidado com uma qualificada

mediação didático-pedagógica utilizando meios e/ou tecnologias de informação e comunicação, que não se improvisa e que não se impõe, intempestivamente, a docentes e estudantes, a despeito de suas condições materiais objetivas. Portanto: o ano letivo não precisa coincidir com o ano civil e as estratégias para reorganização do calendário escolar e a garantia do direito à educação com qualidade, devem ser alicerçadas, necessariamente, em amplo e consequente diálogo social e efetiva valorização e participação dos profissionais da educação em todos os níveis, etapas e modalidades.

Reconhecemos a importância das tecnologias da informação e conhecimento no contexto dos enormes avanços produzidos pela sociedade. Contudo, temos clareza que estas não podem ser entendidas como um fim em si mesma ou substituir a educação em toda sua extensão, tampouco apresentarem-se como soluções improvisadas e únicas para o problema de reposição das atividades suspensas ou, ainda, para atacar o magistério público ou como impulsionadoras da privatização e mercantilização na educação. É preciso garantir processos político-pedagógicos que garantam a qualidade da educação e sua materialização na forma presencial.

Como já sinalizamos, avaliamos que a construção de alternativas para assegurar, antes de tudo, o direito à educação de qualidade para todas e todos (e não uma formal, aligeirada e improvisada reposição de dias e horas letivos), deve se dar em espaços públicos e transparentes de negociação, com a participação direta dos sindicatos e entidades representativas e deve ser alicerçada na cooperação federativa, tão necessária para a superação de desigualdades e desafios educacionais, hoje e sempre, durante a pandemia e após a sua superação. Nesse cenário, a materialização do PNE, instrumento de gestão e de mobilização da sociedade, confirmado como epicentro para as políticas educacionais e instrumento fundamental na instituição do SNE, responde às exigências de unidade de plano, coordenação, cooperação e espírito de continuidade de que nossa sociedade precisa. Serve, portanto, como instrumento para enfrentar a fragmentação, a desarticulação e a sucessão periódica de reformas parciais e frequentemente arbitrárias.

---

Com essas considerações, o FEE-PE enfatiza junto à UNDIME-PE a sua posição no sentido de que sejam garantidas pelo Poder Público as condições sanitárias, de infraestrutura das escolas, de apoio aos estudantes, profissionais da educação e famílias para a viabilização de um retorno seguro às atividades pedagógicas presenciais nas escolas da Educação Básica.

Mais do que nunca, é preciso defender a educação nacional, pública (com gestão pública), gratuita, laica, democrática e de qualidade social para todos!

## 7. AÇÕES DESENVOLVIDAS PELA UNDIME/PE EM TEMPOS DE PANDEMIA DO COVID-19



### Quarentenas da Educação UNDIME-PE

O Projeto da UNDIME Pernambuco iniciou no mês de março e vem sendo implementado com o objetivo de integrar os Dirigentes Municipais de Educação nesse momento de dificuldade com o isolamento social em virtude da COVID-19.

A blue poster with a white border. At the top is the UNDIME PE logo, which consists of two stylized human figures in orange and yellow, with the text 'UNDIME PE' and 'União dos Dirigentes Municipais de Educação' below it. In the center, the text 'Quarentena da Educação Municipal' is written in a large, hand-drawn font inside a black rectangular frame. Below the frame, the text 'PARTICIPE!' is written in bold, followed by 'TODAS ÀS QUINTA-FEIRAS A PARTIR DAS 16H' and 'VÍDEOCONFERÊNCIA PARA OS DIRIGENTES MUNICIPAIS DE EDUCAÇÃO'.

#### Webinário 01 - 26/03/2020

**Tema:** “Alternativas à gestão quanto à situação da COVID-19”

**Participantes:** Prof. Carlos Eduardo Sanches (Conselheiro do Conselho Estadual de Educação do Paraná), Prof. Ricardo Diniz (CEE/PE) e Dr. Sérgio Gadelha (CAOP/MPPE)

**Link:** <https://www.youtube.com/watch?v=66fpUPEwSLI#action=share>

#### Webinário 02 - 02/04/2020

**Tema:** “Aspectos sobre merenda escolar, atividades EAD em tempos de pandemia e o panorama da educação estadual das atividades desenvolvidas e arranjos para mitigar os impactos em consequência da pandemia”

**Participantes:** Prof. Luiz Miguel (Pres. Nacional da UNDIME) , Prof. Aléssio Costa Lima (Presidente da UNDIME Região Nordeste) e Dr. Frederico Amâncio (Secretário Estadual de Educação)

**Link:** <https://www.youtube.com/watch?v=ox40XJB4mBI#action=share>

#### Webinário 03 - 08/04/2020

**Temas:** "A política atual desenvolvida no sentido da formação à distância, tanto no que se refere ao Currículo de Pernambuco, como as demais áreas em que a educação estadual" / "recomendações sobre as contratações temporárias".

**Participantes:** Profa. Ana Selva (Secretaria Executiva de Rede da Secretaria Estadual de Educação) e Dra. Lucila Varejão Dias Martins (CAOP/ MPPE)

**Link:** <https://www.youtube.com/watch?v=d4Kf509EbMo#action=share>

#### Webinário 04 - 16/04/2020

**Tema:** "Cérebro em tempos de quarentena"

**Participante:** Dra. Elvira Sousa Lima

**Link:** <https://www.youtube.com/watch?v=BGbLynLcGNg#action=share>

#### Webinário 05 - 23/04/2020

**Temas:** "O panorama das legislações em discussão e vigentes nesse momento de pandemia, e a efetiva participação da UNDIME nas discussões nas esferas governamentais" / "O panorama do Selo Unicef e Busca Ativa Escolar, e a importância dos Programas na proteção das crianças, adolescentes e jovens, na permanência nas escolas."

**Palestrantes:** Prof. Luiz Miguel (Pres. Nacional da UNDIME), Profas. Verônica Bezerra e Daniella Rocha (especialistas em educação no Unicef Brasil)

**Link:** <https://www.youtube.com/watch?v=qUYgYFoptcg#action=share>

#### Webinário 06 - 30/04/2020

**Tema:** "Diretrizes do Conselho Nacional de Educação sobre as atividades remotas, e as perspectivas dos gestores públicos no tocante ao calendário letivo de 2020" / "A importância do Memorial de Gestão na transição de governo".

**Palestrantes:** Prof. Daniel Cara (FE/USP e membro da Campanha Nacional pelo Direito à Educação) e Tatiana Goulart (Equipe do Conviva Educação)

**Link:** <https://www.youtube.com/watch?v=RUs1NY9fC9w#action=share>

#### Webinário 07 - 07/05/2020

**Tema:** "Reorganização do Currículo da Educação Infantil".

**Palestrante:** Profas. Rita Coelho e Karina Rizek

**Link:** <https://www.youtube.com/watch?v=F7raDzNcF44#action=share>

#### Webinário 08 – 14/05/2020

**Tema:** "Vínculos durante a Pandemia e o que podemos fazer para nos organizar no Pós-Pandemia".

**Palestrantes:** Profas. Cleuza Repulho e Pilar Lacerda

**Link:** <https://www.youtube.com/watch?v=n3oTO8v0nZk&t=2914s>

#### Webinário 09 – 21/05/2020

**Tema:** "Notas Técnicas e Cartilha Orientativa do Tribunal de Contas de Pernambuco"

**Palestrantes:** Dr. Dirceu Rodolfos e membros da sua equipe: Dra. Adriana Arantes, Dr. Elmar Pessoa e Dr. Aquiles Bezerra

**Link:** <https://www.youtube.com/watch?v=-6GdyDytt58#action=share>

#### Webinário 10 – 28/05/2020

**Tema:** "Aspectos da gestão de pessoal nesse período de pandemia e isolamento social."

**Palestrante:** Dr. Sílvio Graboski (Assessor Jurídico)

**Link:** [https://www.youtube.com/watch?v=Jc47eEIEk\\_I&list=PLPCeeQJPA\\_h4TsT3VnEiLOxw-8Afg5VWA&index=7](https://www.youtube.com/watch?v=Jc47eEIEk_I&list=PLPCeeQJPA_h4TsT3VnEiLOxw-8Afg5VWA&index=7)

#### Webinário 11 – 04/06/2020

**Tema:** "Como realizar a Avaliação Diagnóstica no retorno às aulas"

**Palestrantes:** Profa. Maria Inês Finni (Ex-Presidenta do INEP) e Profa. Marialba Carneiro (Especialista em Gestão Escolar)

**Link:** [https://www.youtube.com/watch?v=8rbN9BaQ5pg&list=PLPCeeQJPA\\_h4TsT3VnEiLOxw-8Afg5VWA&index=6](https://www.youtube.com/watch?v=8rbN9BaQ5pg&list=PLPCeeQJPA_h4TsT3VnEiLOxw-8Afg5VWA&index=6)

#### Webinário 12 – 10/06/2020

**Tema:** "Educação em Tempos de Pandemia olhando para os direitos das crianças"

**Palestrantes:** Profas. Dras. Catarina Gonçalves e Viviane De Bona (UFPE)

**Link:** [https://www.youtube.com/watch?v=I7t0p9Kfdcg&list=PLPCeeQJPA\\_h4TsT3VnEiLOxw-8Afg5VVA&index=5](https://www.youtube.com/watch?v=I7t0p9Kfdcg&list=PLPCeeQJPA_h4TsT3VnEiLOxw-8Afg5VVA&index=5)

#### Webinário 13 – 18/06/2020

**Temas:** "Como organizar o Calendário Escolar pós-Pandemia, uma ferramenta para ajudar os gestores"/ "Liderança Inspiradora: como liderar equipes em tempos de distanciamento social."

**Palestrantes:** Profa. Maria Medeiros e Profa. Cleuza Repulho

**Link:** [https://www.youtube.com/watch?v=pL\\_uDxacCTo&list=PLPCeeQJPA\\_h4TsT3VnEiLOxw-8Afg5VVA&index=4](https://www.youtube.com/watch?v=pL_uDxacCTo&list=PLPCeeQJPA_h4TsT3VnEiLOxw-8Afg5VVA&index=4)

#### I Congresso Estadual Virtual dos Dirigentes Municipais de Educação de Pernambuco – 25/06/2020

**Temas:**

"Perspectivas e Possibilidades para o retorno às aulas"

"As competências socioemocionais na vida do Educador e da BNCC "

"Recomendações Sanitárias para o retorno às aulas e orientações para preparação dos ambientes escolares"

"Como preparar a escola para receber a Comunidade Escolar pós-Pandemia"

"A garantia de direitos e deveres dos profissionais da educação em tempos de Pandemia e retorno às atividades presenciais"

**Mediadores:**

Profa. Andreika Asseker (DME de Igarassu e Secretária de Comunicação da Undime/PE)

Prof. Natanael José da Silva (DME de Belém de Maria/PE - Presidente da Undime/PE)

**Palestrantes:**

Prof. Luiz Miguel (Pres. Nacional da UNDIME)

Eduardo Shinyashiki

Dr. Eduardo Jorge (IMIP)

Profa. Dra. Telma Ferraz (UFPE)

Dr. Sílvio Graboski

**Link:** <https://www.youtube.com/watch?v=ePyLqXs2sxx>

#### Webinário 14 – 02/07/2020

**Tema:** "Uso de tecnologias na educação antes, durante e Pós-COVID"

**Palestrantes:** Cláudio Castro (CEO da Ensinar Partner Google) e Alexandre Mathias Pedro (Coordenador-Geral de Tecnologias e Inovação-SEB/MEC)

**Link:** [https://www.youtube.com/watch?v=7\\_fkOrDZSNc&list=PLPCeeQJPA\\_h4TsT3VnEiLOxw-8Afg5VVA&index=3](https://www.youtube.com/watch?v=7_fkOrDZSNc&list=PLPCeeQJPA_h4TsT3VnEiLOxw-8Afg5VVA&index=3)

#### Webinário 15 – 09/07/2020

**Tema:** "Plano de Atuação em Dia"

**Palestrantes:** Dr. Sérgio Souto (CAOP/MPPE) e Laís Xavier (CEO da Mídias Educativas)

**Link:** [https://www.youtube.com/watch?v=DMttCRbgx2k&list=PLPCeeQJPA\\_h4TsT3VnEiLOxw-8Afg5VVA&index=2](https://www.youtube.com/watch?v=DMttCRbgx2k&list=PLPCeeQJPA_h4TsT3VnEiLOxw-8Afg5VVA&index=2)

#### Webinário 16 – 18/07/2020

**Tema:** "Dia D do FUNDEB da UNDIME Pernambuco"

**Palestrantes:** Prof. Carlos Eduardo Sanches (Conselheiro do Conselho Estadual de Educação do Paraná), Deputado Federal pelo Estado do Ceará Idilvan Alencar (Vice-Presidente da Comissão Especial do FUNDEB na Câmara dos Deputados) e Prof. Daniel Cara (Membro da Campanha Nacional pelo Direito à Educação)

**Link:** [https://www.youtube.com/watch?v=-clgy48ci7k&list=PLPCeeQJPA\\_h4TsT3VnEiLOxw-8Afg5VVA&index=1](https://www.youtube.com/watch?v=-clgy48ci7k&list=PLPCeeQJPA_h4TsT3VnEiLOxw-8Afg5VVA&index=1)

#### Webinário 17 – 23/07/2020

**Tema:** "Liderança – A importância do papel do líder para cuidar desse retorno de forma que venha a somar em todos os aspectos" / "Avaliação Formativa, o uso pedagógico dos resultados".

**Palestrantes:** Profa. Gardênia Viana e Prof. Chico Soares

**Link:** <https://www.youtube.com/watch?v=3cvg6xNbY-0>

#### Webinário 18 – 12/08/2020

**Temas:** "A Ressignificação da Prática Pedagógica pós-pandemia: desafios e possibilidades"/ "PGE 2020: Reconhece e valoriza as ações das escolas em tempos de pandemia"

**Palestrantes:** Profa. Dra. Emília Cipriano Sanches, Profa. Elza Silva (DME de Bonito-PE e Vice-Presidenta da UNDIME-PE), Profa. Ana Xavier (DME de Limoeiro-PE), Profa. Adriana Neves (Coordenadora Estadual do PGE da UNDIME-PE) e Profa. Jannaina Sousa (Coordenadora Estadual do PGE da SEE-PE - CONSED).

**Link:** <https://www.youtube.com/watch?v=1NM5nmTEEE>

#### Webinário 19 – 13/08/2020

**Temas:** "Metodologias ativas no contexto das atividades remotas - A necessária renovação do fazer docente"/ "Mobilização para votação do FUNDEB no Senado Federal"

**Palestrantes:** Prof. Emanuel Souto, Prof. Natanael Silva (DME de Belém de Maria-PE e Presidente da Undime-PE) e Profa. Elza Silva (DME de Bonito-PE e Vice-Presidenta da UNDIME-PE)

**Link:** <https://www.youtube.com/watch?v=aBEGICF9gSk>

#### Webinário 20 – 19/08/2020

**Temas:** "Ensino híbrido em tempos de pandemia: gestão remota de incertezas, urgências e de necessidades"/ "O cuidado e o autocuidado: as emoções e a vida escolar".

**Palestrantes:** Prof. Dr. Luís Vicente Ferreira e Prof. Dr. Hugo Monteiro Ferreira

**Link:** [https://www.youtube.com/watch?v=TIN4jRmOyrc&ab\\_channel=UndimePernambuco](https://www.youtube.com/watch?v=TIN4jRmOyrc&ab_channel=UndimePernambuco)

#### Webinário 21 – 27/08/2020

**Tema:** Roda de Diálogos: "O olhar para a gestão municipal em tempos de pandemia e a preservação da vida dos municípios"

**Mediadora:** Profa. Andreika Asseker (DME de Igarassu e Secretária de Comunicação da Undime/PE)

**Participantes:** Prof. Natanael José da Silva (DME de Belém de Maria/PE - Presidente da Undime/PE) Doutora Ana Brito (Pesquisadora do Instituto Aggeu Magalhães-IAM Fiocruz/PE) Débora Almeida (Prefeita de São Bento do Una/ Secretária da Mulher da AMUPE) Doutor Sérgio Souto (Promotor do MPPE/ Coordenador do CAOP Educação/MPPE) Doutor Édipo Soares Filho (Promotor do MPPE/ Cordenador do CAOP Saúde/MPPE)

**Link:** [https://www.youtube.com/watch?v=LGs7w2fNjNk&ab\\_channel=UndimePernambuco](https://www.youtube.com/watch?v=LGs7w2fNjNk&ab_channel=UndimePernambuco)

#### Webinário 22 – 03/09/2020

**Tema:** "Perspectivas para Educação Infantil: A constituição de novos processos de aprendizagem a partir da BNCC"

**Mediadora:** Professora Veratânia Morais - Dirigente Municipal de Educação de Afogados da Ingazeira/PE

**Participantes:** Professora Dra. Zilma Oliveira Professora Dra. Rita Coelho

**Link:** [https://www.youtube.com/watch?v=W5JD8pFGqul&t=4s&ab\\_channel=UndimePernambuco](https://www.youtube.com/watch?v=W5JD8pFGqul&t=4s&ab_channel=UndimePernambuco)

#### Webinário 23 – 17/09/2020

**Temas:** "Apresentação dos dados de Pernambuco da Pesquisa sobre as ações das Secretarias Municipais de Educação durante a Pandemia da Covid-19."/ "Busca Ativa Escolar Apresentação da nova funcionalidade para o acompanhamento da frequência escolar" **Palestrantes:** Prof. Dr. Luiz Miguel Martins Garcia (DME de Sud Mennuci/SP e Presidente Nacional da Undime/ Verônica Bezerra (Especialista em Educação do UNICEF no Brasil)

**Link:** [https://www.youtube.com/watch?v=Xq7xOSCOInE&ab\\_channel=UndimePernambuco](https://www.youtube.com/watch?v=Xq7xOSCOInE&ab_channel=UndimePernambuco)

## 9. CONSIDERAÇÕES FINAIS



Neste documento, a UNDIME-PE, entidade representativa dos 184 municípios pernambucanos, apresentou aos educadores e comunidades escolares orientações para instrumentalizar as ações e as práticas das Secretarias de Educação Municipais de Pernambuco relativas ao atendimento educacional de crianças, jovens e adultos, com o objetivo de contribuir para a garantia dos direitos à educação de qualidade para todos (as) neste período em que o mundo enfrenta a grave pandemia causada pela COVID-19.

O propósito principal é de defesa da vida dos estudantes, familiares, profissionais da educação e população pernambucana, brasileira e mundial, minimizando ao máximo as perdas educacionais oriundas do distanciamento social necessário para a prevenção da doença.

Como anteriormente explicitado, a transmissão comunitária dessa doença é extremamente rápida. A retomada das aulas presenciais precisa ser realizada apenas no momento em que as entidades de saúde, sobretudo a OMS, Ministério da Educação e secretarias municipais de educação, considerarem adequado, pois, o retorno às escolas pode impulsionar a convivência presencial de mais de 1.979.901 estudantes e mais de 93.635 professores<sup>17</sup>, conforme dados do IBGE de 2018. Mais 14.666 agregam grande parte da população, se forem considerados os estudantes e seus familiares. Este documento, portanto, orienta o planejamento para o retorno às aulas, ao mesmo tempo em que alerta para a grande responsabilidade quanto à decisão acerca do melhor momento para reabertura das escolas. Desse modo, também recomenda a leitura cuidadosa e atendimento a todas as orientações quanto aos protocolos de saúde da OMS e órgãos de saúde nacional, estadual e municipais, assim como a garantia de condições de infraestrutura e de pessoal compatíveis com as necessidades das escolas.

Seguindo os princípios democráticos que regem nossa entidade, estabelecemos diálogo com a AMUPE, a UNCME, o CE-UFPE, a UFRPE, o FEE, o CEE, o SEE, o CONSED, o TCE, o MPPE, e outros parceiros institucionais na discussão e elaboração deste documento, tendo como pressuposto o fortalecimento do regime de colaboração, com respeito à autonomia dos municípios. Sugerimos que todas as proposições expostas ao longo do documento sejam discutidas quanto às especificidades de cada rede de ensino e que as decisões sejam tomadas por comissões interinstitucionais em cada município, tal como orientado pela UNDIME Nacional e exposto anteriormente neste documento. Sugerimos também que o documento seja discutido pelas equipes que constituem as unidades escolares.

<sup>17</sup> INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS ANÍSIO TEIXEIRA. Sinopse Estatística da Educação Básica 2018. Brasília: Inep, 2019. Disponível em <http://portal.inep.gov.br/sinopses-estatisticas-da-educacao-basica>. Acesso em: 10 de maio. 2019. <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/pe/pesquisa/13/5908>



Os princípios que fundamentam todas as proposições relativas ao atendimento educacional do triênio 2020 a 2022 são:

- prioridade à saúde física e psíquica dos estudantes e seus familiares;
- garantia da equidade, de modo que sejam contempladas as heterogeneidades sociais e de percurso escolar, buscando-se os direitos à educação a todos(as);
- garantia da carga horária escolar exigida sem sobrecarga física e emocional dos estudantes e profissionais da educação e avaliação das atividades realizadas no período de afastamento presencial para fins de planejamento pedagógico e contagem de carga horária;
- retorno escalonado às aulas, com discussão sobre as prioridades dos grupos que inicialmente terão aulas presenciais;
- planejamento coletivo, com oferta de ensino híbrido de qualidade, com metodologias problematizadoras, reflexivas, criativas, lúdicas, inclusivas voltadas para a formação humana crítica.

Tendo os princípios citados acima como direcionamentos para as equipes de gestão das secretarias de educação, sugerimos que cada município planeje as ações a serem desenvolvidas, busquem as alternativas financeiras que garantam a readequação das escolas para receber os estudantes e as condições de oferta do ensino híbrido.

Este documento, portanto, tem como objetivo contribuir para que todas as escolas municipais de Pernambuco encontrem estratégias para garantir a formação humana crítica dos estudantes, com respeito à vida de toda a população.



## REFERÊNCIAS

ARROYO, M. Educandos e educadores: seus direitos e o currículo. In: BEAUCHAMP, J.; PAGEL, S. D.; NASCIMENTO, A. R. (Orgs.). **Indagações sobre o Currículo**. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Básica, 2007.

BERSCH, R. **Introdução à tecnologia assistiva**. Porto Alegre: 2017. Disponível em: [https://www.assistiva.com.br/Introducao\\_Tecnologia\\_Assistiva.pdf](https://www.assistiva.com.br/Introducao_Tecnologia_Assistiva.pdf). Acesso em: 24 ago. 2020.

BRASIL. **Base Nacional Comum Curricular - BNCC**. 2017.

BRASIL. **Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência)**. Brasília: 2015.

BRASIL. **Lei nº 9.394/1996**. Estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional. DOU 23.12.1996.

\_\_\_\_\_. Lei nº 13.415, de 16 de fevereiro de 2017. Altera as Leis nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional [...]. DOU de 17.2.2017. Disponível em [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2015-2018/2017/lei/l13415.htm#:~:text=Alterar%20as%20Leis%20n%20%2C%2BA,Leis%20do%20Trabalho%20%2D%20CLT%2C%20aprovada](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2017/lei/l13415.htm#:~:text=Alterar%20as%20Leis%20n%20%2C%2BA,Leis%20do%20Trabalho%20%2D%20CLT%2C%20aprovada).

\_\_\_\_\_. Ministério da Educação. **Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Escolar Quilombola na Educação Básica**. Brasília, 2012a.

\_\_\_\_\_. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão - SECADI. **Educação do Campo: Marcos Normativos**. Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão. Brasília, 2012b.

\_\_\_\_\_. Ministério da Educação/Conselho Nacional de Educação/Câmara de Educação Básica. Resolução N. 5, de 17 de dezembro de 2009. **Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil**. Brasília: 2009.

CALDART, R. S. Educação do Campo. In: CALDART, R. S.; PEREIRA, I. B.; ALETANJANO, P.; FRIGOTTO, G. (Orgs.). **Dicionário da Educação do Campo**. Rio de Janeiro, São Paulo: Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio, Expressão Popular, 2012. p. 257-264.

CAMPOS, M. M. et al. **Para um retorno à escola e à creche que respeite os direitos fundamentais de crianças, famílias e educadores**. Brasil. Maio 2020. Disponível em: [http://www.anped.org.br/sites/default/files/images/para\\_um\\_retorno\\_a\\_escola\\_e\\_a\\_creche-2.pdf](http://www.anped.org.br/sites/default/files/images/para_um_retorno_a_escola_e_a_creche-2.pdf). Acesso em: 13 jul. 2020.

DIAS-DA-SILVA, M. H. G. F. **Passagem sem rito: as 5<sup>as</sup> séries e seus professores**. Campinas, SP: Papirus, 1997.

DOURADO, L. F. Plano Nacional de Educação: **o epicentro das políticas de estado para a educação brasileira**. Goiânia: Editora da Imprensa Universitária/ANPAE, 2017.

FUNDAÇÃO Maria Cecília Souto Vidigal. **Como voltar às atividades na educação infantil?** Recomendações aos municípios no planejamento para a retomada no contexto da pandemia de Covid-19. jul./2020. Disponível em: <https://pve.institutovotorantim.org.br/wp-content/uploads/como-retornar-atividades-educacao-infantil-pandemia-covid-19-recomendacoes-municipios-1.pdf>. Acesso em: 08 jul. 2020.

GIRARD, V.; CHALVIN, M. J. **Um corpo para compreender e aprender**. São Paulo: Edições Loyola, 2001.

GUEBERT, M. C. C. **Inclusão: uma realidade em discussão**. Curitiba: Ibepex, 2007.

JUNKES, A. O. **Formação de professores e condições de atuação em educação especial**. Florianópolis: Insular, 2006.

KASSAR, M. C. M. Uma breve história da educação das pessoas com deficiência no Brasil. In: MELETTI, S. M. F.; KASSAR, M. C. M. (Orgs.). **Escolarização de alunos com deficiências** (p.13-31). Campinas: Mercado das Letras, 2013.

\_\_\_\_\_.; REBELO, A. S. Abordagens da educação especial no Brasil entre final do século XX e início do século XXI. **Revista brasileira de educação especial**, 24 (edição especial), p.51-68, 2018.

KUENZER, A. **Ensino Médio: construindo uma proposta para os que vivem do trabalho**. São Paulo: Cortez, 2001.

LIMA, E. S. Currículo e desenvolvimento humano. In: BEAUCHAMP, J.; PAGEL, S. D.; NASCIMENTO, A. R. (Orgs.). **Indagações sobre o Currículo**. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Básica, 2007.

MORAN, J. Um conceito-chave para a educação, hoje. In: BACICH, L.; TANZI NETO, A.; TRAVISANI, F. de M. (Orgs.). **Ensino Híbrido: personalização e tecnologia na educação**. Porto Alegre: Penso Editora LTDA, 2015.

NASCIMENTO, B. J. da C. A construção de um novo paradigma de educar: do singular ao coletivo, reflexões necessárias em tempos de pandemia. **Simbiótica**, Edição Especial, vol.7, n.1, jun., 2020

PERNAMBUCO, Secretaria de Educação do Estado. **Parâmetro para a Educação Básica do Estado de Pernambuco**. Recife: 2013.

\_\_\_\_\_, Secretaria de Educação e Esportes. **Currículo de Pernambuco: ensino fundamental/** Secretaria de Educação e Esportes, União dos Dirigentes Municipais de Educação. Recife: 2019.

\_\_\_\_\_. **Currículo de Pernambuco: educação infantil**. Secretaria de Educação e Esportes, União dos Dirigentes Municipais de Educação. Recife: 2019.

\_\_\_\_\_. **Diretrizes Operacionais para a Oferta da Educação de Jovens e Adultos**. Secretaria Executiva de Desenvolvimento da Educação - SEDE; Gerência de Políticas Educacionais de Jovens e Adultos e Idosos. Recife, 2011.

\_\_\_\_\_. **Parâmetros para a Educação Básica do Estado De Pernambuco - Parâmetros Curriculares Estaduais- Educação de Jovens e Adultos**, CAED-UFJF. Recife: 2012.

\_\_\_\_\_. **Parâmetros para a Educação Básica do Estado De Pernambuco- Parâmetros na Sala de Aula- Educação de Jovens e Adultos**, CAED- UFJF. Recife: 2013.

MELNICK, Hanna et al. Reopening Schools in the Context of COVID-19: Health and Safety Guidelines From Other Countries. **Learning Policy Institute**, maio 2020. Disponível em: <https://learningpolicyinstitute.org/product/reopening-schools-covid-19-brief>. Acesso em: 04 jul. 2020.

TODOS PELA EDUCAÇÃO. 2018. Disponível em: <https://www.todospelaeducacao.org.br/conteudo/perguntas-e-respostas-o-que-sao-e-como-funcionam-os-conselhos-municipais-de-educacao>. Acesso em: 24 ago. 2020.

UNCME. **Guia Conselhos 2020 para Conselheiros Municipais de Educação: Educação em tempos de pandemia. Direitos, normatização e controle social**. Disponível em: <https://www.uncme.org.br/Pagina-Noticias-Leitura.php?id=266>. Acesso em: 24 ago. 2020.

UNDIME, União Nacional dos Dirigentes de Municipais de Educação. **Subsídios para a Elaboração de Protocolos de Retorno às Aulas na Perspectiva das Redes Municipais de Educação**. Brasília: 2020.

VEIGA-NETO, A. De geometrias, currículo e diferenças. **Educação & Sociedade**, ano XXIII, no 79, ago./2002, pg. 163-186. Disponível em: <https://www.scielo.br/pdf/es/v23n79/10853.pdf>. Acesso em: 24 ago. 2020.

YIGOTSKY, L. S. **Obras escogidas V**. Fundamentos de defectología. Madrid: Visor, 1997.

## Anexo 1

### QUESTIONÁRIO: COMO VOCÊ IMAGINA A VOLTA ÀS AULAS?

(Como sugestão disponibilizamos o questionário abaixo para levantar informações que subsidiem a elaboração dos planos em cada rede de ensino)

1. Informar quantos alunos têm na escola.
2. Identificar quantos alunos têm celular com acesso à internet (pode ser o da família).
3. Identificar quantos alunos têm computador em casa.
4. Como pode ser organizada a entrada dos alunos na escola?
5. Quais espaços você pode organizar na escola para atender aos alunos de acordo com o protocolo de orientações da OMS/ Secretaria Municipal de Saúde? (1m entre as mesas).
6. Identificar quais alunos vivem com idosos, considerando que haverá uma grande parcela de estudantes que não poderão retornar em um primeiro momento, a fim de evitar a exposição de seus familiares a riscos.
7. Quantos alunos devem participar das aulas por turma, compreendendo a capacidade de acomodação de cada sala de aula (obedecendo ao disposto no protocolo da OMS)?
8. Informar se a escola poderá voltar às aulas com todos os alunos de uma única vez, ou seja, 100% de sua totalidade? (Responder com base nas questões de nº 6 e 7).
9. Quem tem que vir primeiro: Educ. Infantil, Fundamental I, Fundamental II, EJA, ou todos em um mesmo tempo? E por quê?
10. Quantos servidores a escola dispõe para realizar o acolhimento dos alunos na entrada da instituição?
11. A escola tem condição ou estrutura física para que os alunos lavem com maior frequência as mãos?
12. É necessária a entrada dos pais na escola para deixar os filhos?
13. Como a escola pode se organizar para que cada turma tenha o intervalo entre as aulas em horário diferente de outras turmas?
14. É possível estabelecer horários de saída escalonados, evitando aglomerações?
15. É preciso ter fila (onde, quando, quais espaços)? O que determinará ou como serão demarcados esses espaços?
16. Quais os servidores que são do grupo de risco e não podem retornar às atividades presenciais? E como pode ser feita a redistribuição das atividades executadas por esses servidores, de forma colaborativa?
17. Como será a redistribuição das atividades de limpeza e higienização do ambiente nas áreas de maior circulação?
18. Como vai ser a distribuição da merenda?
19. Quantos alunos utilizam transporte escolar?
20. O que os professores acham do ensino híbrido?